

Diário do Legislativo de 07/12/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 100ª Reunião Ordinária Interrompida

1.2 - 54ª Reunião Extraordinária

1.3 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 1º/12/99

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Deputado Edson Rezende - Palavras do Sr. Bernardo Zaldinar Silva - Palavras do Sr Roberto Chateaubriand Domingues - Palavras da Sra. Dária Alcaino Dal Zoffo - Palavras da Sra. Mônica Abreu - Palavras do Deputado Amílcar Martins - Palavras do Deputado Carlos Pimenta - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Hilton Brant, representando o Secretário de Estado da Saúde, Sr. Armando Costa; Bernardo Zaldinar Silva, Coordenador Estadual da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS; Roberto Chateaubriand Domingues, Presidente do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS - GAPA-MG -; Dária Alcaino Dal Zoffo, Presidente do Grupo VHIVER; e Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem a este evento.

Registro de Presenças

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, das Sras. Débora Correa Teixeira, Diretora Clínica do Hospital Eduardo de Menezes, da FHEMIG; Sueli Maria do Nascimento, Presidente do Grupo Solidariedade; Rosilene Araújo Santiago, Coordenadora do Programa Mulher e Saúde; e Marly Rezende Vargas, Assistente Social da Clínica Nossa Senhora da Conceição.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a receber os representantes de órgãos governamentais e entidades de defesa dos portadores do vírus da AIDS, para discutir os aspectos da doença em nosso Estado, por ocasião da passagem do Dia Internacional da Luta contra a AIDS. Concedo a palavra ao Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem a este evento.

Sr. Presidente desta Mesa, Deputado José Braga, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Hilton Brant, representando o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Armando Costa; Exmo. Sr. Bernardo Zaldinar Silva, Coordenador Estadual da Rede Nacional de Pessoas vivendo com HIV e AIDS; Exmo. Sr. Roberto Chateaubriand Domingues, Presidente do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS - GAPA -; Exma. Sra. Dária Alcaino Dal Zoffo, Presidente do Grupo VHIVER, Sras. e Srs. Deputados, senhores presentes às galerias, senhoras e senhores que trabalham na luta contra a AIDS de forma voluntária e apaixonada, hoje, na verdade, não seria um momento de comemoração, mas de reflexão sobre o grande mal do século, que é o problema da AIDS. Hoje, a AIDS é uma pandemia que, nas últimas duas décadas, atingiu 33.400.000 pessoas na terra - dados da organização mundial de saúde, de dezembro de 1998 -, sendo que, desses, 1.400.000 de pessoas da América Latina e cerca de 145.000 casos no Brasil, já confirmados, e uma estimativa de 540.000 casos de pacientes infectados.

Os primeiros casos no Brasil foram registrados a partir de 1982. Essa doença atinge, predominantemente, jovens, sendo que 82% dos casos ocorrem na faixa etária de 20 a 44 anos. Tende a ser distribuída ampla e igualmente na população. Em primeiro lugar, os homossexuais e bissexuais masculinos representavam 70% dos infectados pelos vírus, em 1986, caindo para 20%, em 1997. Em contrapartida, os heterossexuais, que representavam apenas 3% em 1986, passam a representar 28% em 1997. Em terceiro lugar, os usuários de drogas injetáveis, que representavam 5% em 86, representam 16% em 97. Isso mostra uma modificação importante no perfil das pessoas infectadas.

Há outros aspectos importantes a serem aventados, com relação aos programas de prevenção. Primeiro, houve uma feminilização da doença. Em 1997, havia 2 homens infectados para cada mulher, sendo que a tendência atual é de 1 para 1. Segundo, como consequência da feminilização, a transmissão vertical, mãe e feto, durante a gestação e a amamentação, representam um grande problema no que diz respeito à AIDS infantil. Terceiro, ocorre a interiorização da doença. Se, antes, a incidência maior da doença era nos grandes centros, hoje, há uma descentralização e está presente praticamente em todas as cidades do País. Quarto, há a pauperização, isto é, a doença atinge fortemente a população mais pobre. Gostaria de citar a reportagem da "Isto É" que diz: "O Mal Muda de Cara. A falta de informação e preconceito contra a camisinha deixam mulheres pobres e grávidas em situação de risco." Ou seja, essa pauperização acumula problemas, não apenas do ponto de vista da pobreza e da fome, mas também da doença grave, que ainda não tem cura. Diante desse quadro, cabe ao poder público e à sociedade agir solidariamente, visando a sua prevenção, controle e tratamento. Certamente, a prevenção deve ser o alvo central da ação, levando informações a todas as pessoas, principalmente aos adolescentes, utilizando-se, especialmente, a rede pública de educação e também a rede privada, para levar a todos os jovens e crianças a reflexão sobre a AIDS.

Uma vez instalada a doença, é necessário oferecer os meios para o seu tratamento. Apesar de ser essa uma responsabilidade de todos, o poder público tem de assumir e de cumprir a sua parte. Tal como acontece com relação a todas as demais doenças, o direito à saúde deve ser garantido.

Então, o dia 1º de dezembro representa um momento de reflexão, de proposição para o futuro e de luta contra essa doença, que é maligna, porque não tem cura. Acima de tudo, este dia é de solidariedade mundial para com aqueles que sofrem e padecem de qualquer agravo à saúde.

Gostaria de finalizar parabenizando as três entidades que estão conosco nesta mesa e que representam o conjunto da sociedade organizada e o conjunto das organizações, que não se esgotam nessas três entidades; há mais duas presentes aqui hoje. Surgirão outras entidades, com certeza, porque a tendência de aumento dos contaminados por essa doença é inexorável. Por isso, a sociedade para ajudar a monitorar, a acompanhar e a reivindicar, do poder público e de todas as pessoas, esse pensamento de solidariedade e de fraternidade, no compartilhamento do sofrimento. Como seres humanos, fraternos precisamos ser, para mudar essa sociedade. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Bernardo Zaldinar Silva

Boa-tarde. Gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa, o Plenário e as galerias. Como foi muito bem dito, o dia 1º de dezembro é um dia de reflexão sobre a solidariedade. Enquanto pessoa portadora do HIV, membro da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS e estando dentro da Assembléia, gostaria que esse dia representasse todos os dias do ano. É um momento de reflexão, realmente.

Tivemos alguns avanços, mas ainda não temos uma assistência boa. Vemos o Hospital Eduardo de Menezes, centro de referência do Estado, na condição em que está; vemos o centro de referência e de tratamento, no caso, o ADIP, onde faço controle, sem farmácia básica, sem medicamentos para as doenças oportunistas. O seu direito de cidadão está sendo violado. Gostaria de trazer esse questionamento e colocar essa realidade, porque não só eu a vivencio, mas também milhares de pessoas que vivem com HIV e AIDS no Brasil, principalmente no nosso município.

Quero cobrar desta Casa ações mais diretas, principalmente com relação à assistência, direcionadas aos cidadãos que vivem com HIV e AIDS. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Roberto Chateaubriand Domingues

Boa-tarde. Gostaria de agradecer a iniciativa do Deputado Edson Rezende, por estarmos, aqui, hoje, compartilhando as nossas preocupações, e de lamentar o fato de que, novamente, excetuando-se as galerias, vemos que estamos falando sempre para as mesmas pessoas. Pensávamos que íamos encontrar a Casa cheia de Deputados para quem falar. É uma pena que os nobres Deputados tenham pensado que a sessão especial é uma sessão à qual não precisam comparecer. Isso é uma pena. Mas agradeço a presença dos Deputados que aqui estão e peço que comentem sobre a reunião nas suas bancadas, levando a discussão adiante.

O dia 1º de dezembro, historicamente, é dedicado à celebração da nossa luta contra a epidemia. Não é à toa que esse dia é em dezembro, porque é o momento, simbolicamente, justamente por ser final de ano, em que repensamos as ações efetivadas e implementadas e planejamos as ações para o próximo ano. Nesse sentido, é um dia privilegiado, uma vez que temos a noção exata do que conseguimos fazer e construir, para avaliarmos.

Estava comentando mais cedo com os companheiros, numa manifestação que houve na praça, sobre a estranheza desse dia. Ao que me parece, existia uma combinação do cansaço das ONGs e dos militantes, de um lado, e uma indiferença da população, de outro.

Se formos pensar no porquê dessa situação, veremos que, há mais de dez anos, vamos à praça todo 1º de dezembro para fazer as mesmas reivindicações, mas não necessariamente com a mesma intensidade. Às vezes, vamos à praça para reivindicar com maior intensidade a ausência de políticas públicas mais eficazes e consistentes, tanto em relação à prevenção quanto em relação à assistência. Neste ano, estamos vivendo uma situação extremamente complicada na rede pública, de assistência, com o sucateamento cada vez maior do Hospital Eduardo de Menezes. Nós, das ONGs presentes, denunciemos, há duas semanas, a situação desse hospital, tendo em vista uma fala da Sra. Débora, aqui presente, proferida no II Encontro Mineiro de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS, em Contagem, referindo-se à sua situação delicada. Qual não foi a nossa surpresa quando, após a nossa denúncia, a direção do hospital se posicionou, dizendo que estava tudo OK. O seu Diretor disse que, absolutamente, não estava havendo nenhum tipo de problema. E nos assustamos ainda mais com a fala do Superintendente da FHEMIG, que teve a audácia de dizer que o problema existia porque os pacientes estavam vivendo mais e que essa história de o paciente viver mais colocava em risco todo o planejamento do sistema de saúde, uma vez que, por exemplo, a farmácia, ficava desestabilizada. Novamente percebemos que o poder público acaba por trabalhar, exatamente, com a lógica perversa do deslocamento da responsabilidade, ou seja, o que era da ordem do poder público passa a ser da ordem do sujeito. Já vimos o mesmo acontecer com o estupro, quando a mulher, de vítima, passa a ser a ré, por ser "assanhadina", usar minissaia, etc. A fome também é culpa da população: quem mandou comer tanto? Sendo assim, voltamos ao problema: quem mandou viver tanto? Se os pacientes com AIDS tivessem morrido, talvez as pessoas não estivessem passando por problemas desse tipo. (- Palmas.)

Portanto, não devemos estar apenas cobrando e denunciando. Devemos apresentar uma pauta de reivindicações para monitorar, de fato, como disse o Deputado Edson Rezende, as nossas ações e as do Governo, de modo a poder, em um dia 1º de dezembro no futuro, estar celebrando uma conquista, em vez de reivindicar direitos todo o tempo. Na verdade, não deveríamos estar reivindicando direitos o tempo todo. A partir do momento em que temos que estar cobrando-os o tempo inteiro, durante dez anos, algo errado está acontecendo neste País no que diz respeito à saúde e à educação. Sendo assim, gostaria que os Deputados presentes levassem essa questão em consideração e, de seus lugares, enquanto legisladores, pudessem ter ações concretas de modo a cobrar do Executivo ações tão concretas quanto as suas, de modo que a população não precisasse escutar das pessoas, como, por exemplo, do Superintendente da FHEMIG, afirmações tão absurdas e indignas.

Gostaria que pudéssemos estar unindo esforços, de fato. Temos escutado tanto sobre a questão das parcerias entre o Governo, as ONGs e a população que ficaríamos muito felizes se,

de fato, essas parcerias fossem viabilizadas, para que, em um determinado momento, pudéssemos falar: finalmente vencemos a AIDS. Se não conseguirmos vencê-la, ficaremos felizes por, pelo menos, termos enfrentado essa epidemia com dignidade, e não com arremedos de ações. Precisamos, realmente, implementar políticas públicas claras e definidas para que, em um futuro breve, possamos celebrar, em vez de apenas reclamar. Obrigado. (- Palmas)

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Com prazer, registramos a presença da Sra. Alzilete Araujo Santiago, Coordenadora do programa Musa, Mulher e Saúde, e da Sra. Marli Resende Vargas, assistente social da Clínica Nossa Senhora da Conceição.

Palavras da Sra. Dária Alcaino Dal Zoffo

Obrigada. Gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar nesta Casa. Faço minhas as palavras do Roberto, com relação ao fato de falar sempre para as mesmas pessoas e, infelizmente, tendo de reclamar, tendo de denunciar sempre as mesmas coisas. A campanha deste ano fala de diálogo. Onde está o diálogo? O diálogo que pedimos, que cobramos é o diálogo com as autoridades, ou seja, devemos encontrar, juntos, soluções, porque também não está certo estarmos sempre, de um lado, reclamando e ouvindo sempre as mesmas respostas do outro lado: não há verbas, não dá, não é possível, existem outras prioridades. Acredito que a saúde no País, e, principalmente, no Estado de Minas Gerais, seja uma das prioridades.

Portanto, ao falarmos em diálogo, temos de, juntos, encontrar soluções, a fim de que esse diálogo seja aberto à sociedade, a todas as organizações que trabalham para isso. Como disse o Deputado Edson Rezende, são todos voluntários. É um trabalho árduo, que exige adrenalina violenta durante todo o tempo, porque encontra mil dificuldades, indiferença, preconceito e incompreensão, sem considerar a falta de recursos humanos e de verbas. Neste momento, em nome do Grupo VHIVER, peço a esta Casa que se faça mais presente, que abra esse diálogo, que não fique somente nas palavras ou em promessas, mas que empreenda ações, para que, juntos, superemos todas as dificuldades e encontremos uma forma para que, no próximo 1º de dezembro, possamos chegar aqui e não só falarmos o que estamos falando hoje e falamos nos anos anteriores, mas também possamos dizer obrigado, porque vocês realmente juntaram-se a nós e, assim, conseguimos avançar. Obrigada.

Gostaria que me fosse permitido chamar a Mônica, da ASTEMG, para falar um pouquinho sobre a situação do Hospital Eduardo de Menezes.

O Sr. Presidente - A Presidência acolhe a sugestão e convida a Sra. Mônica para falar da tribuna.

Palavras da Sra. Mônica Abreu

Boa-tarde. Gostaria de agradecer às ONGs por estar participando das atividades do dia de hoje. Não estou muito capacitada nem tenho tanta experiência quanto vocês para discutir a questão da discriminação. Enquanto Diretora da ASTEMG, que é o sindicato dos trabalhadores do Hospital Eduardo de Menezes, juntamente com os meus companheiros presentes, não poderia deixar de solidarizar-me com vocês, que tiveram a coragem de entrar no Hospital Eduardo de Menezes e fazer denúncias. Hoje, temos 31 leitos desativados. Na semana passada, quando vocês foram, eram 28 leitos desativados. Além disso, foi denunciada a falta de medicamentos, não havia nem sabão para as funcionárias limparem o chão.

Vocês, das ONGs, foram para dentro do hospital, e não tiveram - como o Roberto falou - nenhuma solidariedade dos que administram a FHEMIG, tendo em vista o que a Superintendência falou: o problema não é meu, não somos nós que resolvemos isso. Então, se não fossem vocês, das ONGs, não estaríamos aqui denunciando.

Vejo, também, com muita tristeza a falta de diálogo dos que são os representantes da população mineira, os Deputados ausentes. Mas acho que o papel das ONGs é mesmo esse - falar para quem quer escutar. Estão fazendo a sua parte, quem não quer escutar...

Especificamente no Hospital Eduardo de Menezes, a questão é da rede, não fica só naquele hospital. Ontem, tínhamos 8 pessoas no Hospital Júlia Kubitschek buscando internação, porque no Hospital Eduardo de Menezes não estão internando mais. Eram cinco para a enfermaria masculina e três na feminina. Sequer temos tubos para colher sangue no Hospital Eduardo de Menezes. A primeira fala do Deputado foi muito procedente, qual a responsabilidade do poder público diante do tratamento da saúde? Qual é essa responsabilidade? É muito fácil vir aqui neste dia e falar: temos o compromisso. As respostas que as ONGs tiveram da Superintendência da FHEMIG não foram essas.

Por último, quero dizer que fiquei muito emocionada quando recebi esse símbolo aqui, que representa a luta e a resistência contra o preconceito aos portadores de HIV. Ofereço esse símbolo ao Superintendente da FHEMIG, que deveria não só estar usando-o, mas também utilizando seu poder, enquanto Superintendente, para fazer com que o Hospital Eduardo de Menezes volte a abrir, que melhore. Os trabalhadores que estão lá têm contrato administrativo e estão sendo ameaçados. Qualquer denúncia que fizerem serão demitidos, como já aconteceu há dois anos. Os que lá denunciaram foram demitidos, num total de 6 pessoas. Temos toda a solidariedade aos trabalhadores que estão lá, vivendo sem a mínima condição de trabalho e ainda tendo que se calar, senão vão para o "olho da rua". Parabéns para vocês, das ONGs.

Palavras do Deputado Amílcar Martins

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a primeira indagação que podem fazer é o que um Deputado que não está diretamente ligado à área da saúde tem a dizer sobre o Dia Internacional de Combate à AIDS.

A primeira palavra que tenho a dizer é que o problema da AIDS não é um problema de grupos específicos, profissionais específicos ou segmentos específicos. É um problema de toda a sociedade, uma responsabilidade de todos nós, como cidadãos. E para nós, que temos funções públicas no nosso Estado, uma responsabilidade maior, um compromisso maior ainda do que o de outros cidadãos.

Quero, rapidamente, fazer duas observações. A primeira reafirmar o nosso compromisso como cidadãos e como co-responsáveis pela coisa pública no nosso Estado, a fim de cobrar do poder público políticas de prevenção à AIDS, campanhas de prevenção, assistência a portadores de HIV e a soropositivos, enfim, políticas públicas efetivas que saiam do discurso, como foi dito aqui, e que possam ajudar o conjunto de toda a sociedade.

Em segundo lugar, quero dar uma palavra de agradecimento e de reconhecimento. Tenho tido o privilégio, nos últimos anos, de conviver com um grupo de pessoas maravilhosas, pessoas sérias, dedicadas, que têm dado parte importante de sua vida ao trabalho de prevenção ou de acompanhamento, solidariedade e companheirismo a portadores do HIV.

Quero cumprimentar e prestar a minha homenagem - e creio que posso falar em nome de todos os Deputados desta Assembléia Legislativa - a todas as pessoas que estão aqui: do Grupo VHIVER, do GAPA, da Casa Florescer, de todos os movimentos que, em cada dia do ano, nos 365 dias, têm como principal compromisso a solidariedade, o companheirismo com a luta pela prevenção, solidariedade e acompanhamento dos portadores de HIV. A todos uma palavra de incentivo e de agradecimento em nome do povo de Minas Gerais.

A luta não é em vão. Temos boas e más notícias em relação à AIDS, em nossos dias. Uma boa notícia é que hoje é possível, através de políticas públicas conseqüentes e de contato com os portadores de HIV, melhorar as condições de vida dessas pessoas. É possível que tenham vida digna, honrada e produtiva. É possível, enfim, que participem conosco do esforço de construção da nossa sociedade.

A má notícia é que, apesar de todo o esforço, ainda é enorme e crescente o número de pessoas soropositivas. Estamos falando de 30 milhões de pessoas no mundo, estamos falando de 11 milhões de pessoas que já morreram. É preciso estarmos atentos. Se não fosse o trabalho desses grupos, desses abnegados, mais que do poder público, penso que hoje estaríamos vivendo uma situação de tragédia. A todos, portanto, uma palavra de incentivo, e muito obrigado, em nome do povo de Minas Gerais. (- Palmas)

Palavras do Deputado Carlos Pimenta

Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Braga, em nome do Presidente, quero cumprimentar os Deputados presentes, os nossos convidados, pessoas que vieram dar essa demonstração neste dia tão importante para a humanidade, que é o Dia Mundial de Combate à AIDS. A Assembléia Legislativa está transformando este horário normal de reunião num horário de testemunho da perseverança dos grupos não-governamentais, da solidariedade das pessoas em favor de milhares e milhares de pessoas portadoras do vírus da AIDS. Como médico, como participante da Comissão de Saúde, não poderia deixar passar despercebida esta data. Vim aqui, hoje, para também dar o meu testemunho de tantos anos em que tenho acompanhado a luta dessas pessoas, o sofrimento na busca de uma alternativa para essa doença, que alcança patamares cada vez mais altos e que tem contaminado milhares de pessoas no mundo todo. O problema merece, portanto, acima de tudo, como disse o Deputado Amílcar Martins, uma reflexão responsável das autoridades em busca de alternativas.

Só quero citar um fato que me chamou a atenção. Estava fazendo uma visita a uma pequena cidade do Norte de Minas, Itacambira, e, nesse dia dedicado à saúde do povo, o Prefeito estava inaugurando algumas obras na área da saúde pública. O que me chamou a atenção foi a palestra proferida pelo Dr. Décio Gontijo, um dentista de Montes Claros, representante do GAPA, que ali, numa cidadezinha pequena, de pouco mais de 5 mil habitantes, estava chamando a atenção da população para os perigos da contaminação pelo vírus da AIDS e quanto aos cuidados que se deve ter para evitá-la. Perguntei-lhe como era a sua palestra, como era a sua luta. Respondeu: "Tenho percorrido todas as cidades do Norte de Minas, com recursos do meu bolso, recursos próprios, trazendo esse ato de solidariedade e essa informação aos pequenos municípios do Norte de Minas, mesmo àqueles que têm a felicidade de não ter nenhum caso de sintoma da AIDS ou algum portador do vírus". Disse, mais, que essa era a sua luta e que só se combate a AIDS prevenindo. "De nada adiantaria eu chegar a uma cidade com alto índice de infecção pelo vírus da AIDS e falar sobre a prevenção. Tenho de procurar orientar a juventude agora, enquanto ainda não existe nada". O que me disse chamou-me a atenção e faz recair sobre nós uma responsabilidade muito grande. Há quatro anos, fui autor de um projeto que estabelece uma campanha no Estado contra o vírus da AIDS, a qual ajudava, inclusive, a orientar os portadores do vírus e dava uma orientação psicológica a seus familiares. Nosso projeto foi aprovado há quatro anos. Talvez, na ocasião, fosse o único com esse fim que tramitava em todo o Brasil; foi até copiado pelos outros Estados brasileiros. Estamos, constantemente, cobrando do Secretário da Saúde do nosso Estado, do Ministério da Saúde ações nessa área. Quero, então, Deputado Edson Rezende, dizer a V. Exa. - que é Presidente da Comissão de Saúde, Comissão que tem a felicidade de contar também com o Deputado Adelmo Carneiro Leão -, que, além da solidariedade, estamos conscientes da nossa responsabilidade. O representante da rede FHEMIG falou, em alto e bom som, da necessidade de se fazer um trabalho de conscientização de sua importância para Minas Gerais. Não se pode imaginar que um hospital venha desativar leitos, enquanto existe uma fila de pessoas que precisam de tratamento, de internamento. E a FHEMIG, dentro da concepção da Comissão de Saúde, vai merecer uma Comissão Especial nesta Casa, para analisar a rede FHEMIG a partir dos primeiros dias do ano 2000, porque não se pode conceber que o Superintendente de uma rede dessa natureza, com mais de 20 hospitais, diga que não conseguiu recursos junto ao Tesouro do Governo do Estado, porque a FHEMIG vai cair por terra, vai desmoronar. E essa responsabilidade é de todos nós. Fica aqui o compromisso nosso, dos médicos da Comissão de Saúde, de, nos primeiros dias do ano 2000, criarmos uma Comissão Especial, e se possível, até uma CPI para analisar a rede FHEMIG, ver o que o Estado precisa fazer e qual a responsabilidade do Estado para poder injetar recursos na única rede de hospital que faz parte, genuinamente, da rede pública do Estado. É um compromisso que esta Casa faz. É um compromisso que, como médico e Deputado Estadual, integrante da Comissão de Saúde, faço. Vamos nos imbuir dessa responsabilidade, porque não basta assistir, passivamente, às denúncias. Podem ter a certeza de que essas providências serão tomadas a partir do ano 2000. Parabéns a vocês; recebam o nosso total e irrestrito apoio, a nossa solidariedade e o nosso reconhecimento pelo trabalho humano e bonito; pelo trabalho cristão que fazem e, talvez, o único trabalho que dá resultado e que é feito por órgãos que não têm nenhuma ajuda do Governo Federal, mas que tem uma folha de serviço e um resultado espetacular em favor da solidariedade do ser humano. Parabéns.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Pimenta falou sobre a rede física da FHEMIG. Somente a título de informação, quero dizer que a Comissão de Saúde apresentou emenda ao orçamento no valor de R\$2.400.000,00 para a rede da FHEMIG, que muito nos preocupa.

A Comissão de Saúde está aberta ao debate, não só em relação à AIDS, como também a outras questões. Apresentamos seis emendas para a FHEMIG, a FUNED, a HEMOMINAS, os dependentes químicos e a municipalização solidária. Falo isso a título de informação para todos.

Palavras do Sr. Presidente

Senhores e Senhoras, ao longo da história, a humanidade convive com endemias e epidemias que têm custado a vida de milhares de pessoas. Assim foi com a peste negra, na Idade Média, da mesma forma que com a varíola e a febre amarela.

O século XX - mais precisamente na década de 80 - viu aparecer nova e letal enfermidade, que é a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS. Trata-se de doença insidiosa que leva não só ao padecimento físico extremado e muitas vezes à morte, como também à discriminação social em relação aos doentes.

Nesses quase 20 anos, desde que a AIDS surgiu, a ciência contabilizou poucos avanços no caminho para a cura. A imunização por meio de vacina parece ainda ser uma realidade distante, enquanto a posologia indicada para os enfermos está longe de garantir a eles boa qualidade de vida.

Nesse panorama, assume importância a medicina preventiva, isto é, a orientação e a assistência à população, para que a doença seja evitada. Por outro lado, é necessário implantar políticas efetivas para apoio aos pacientes: sua adequação ao meio social, seus direitos trabalhistas, suas demandas de tratamento são pontos que a sociedade deve considerar como prioritários.

Coerentemente com tal preocupação, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - sempre atenta à questão dos direitos humanos e da cidadania - promove a reunião de hoje. Aqui estamos, nesta data que assinala o Dia Internacional de Luta Contra a AIDS, para discutir a matéria com os representantes de entidades e órgãos empenhados no trabalho de atendimento e defesa dos portadores do vírus HIV.

Neste momento em que as estatísticas indicam o recrudescimento da enfermidade - agora envolvendo homens e mulheres de igual maneira - este evento é grandemente oportuno. Apresentamos, portanto, as boas-vindas deste Legislativo a todos os que atenderam a nosso convite, certos de que sairemos daqui com as informações e o dimensionamento atualizado sobre a tormentosa questão. Muito obrigado!

A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença.

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 30/11/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Ermano Batista - Hely Tarquínio - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinho Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Rêmolô Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e

em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 229, 51, 93, 108 e 118/99 e o Projeto de Resolução nº 309/99, apreciados na reunião ordinária realizada hoje, à tarde; o Projeto de Lei nº 147/99, que recebeu emendas na referida reunião e foi devolvido à Comissão de Fiscalização Financeira; o Projeto de Lei nº 351/99, que recebeu, na mesma reunião, um substitutivo e foi devolvido à Comissão de Fiscalização Financeira; os Projetos de Lei nºs 262 e 279/99, que, também na mesma reunião, tiveram sua discussão adiada por cinco dias.

Questões de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, em razão de termos estado a tarde inteira participando de reunião de comissão, debatendo, discutindo e votando matérias que estão em tramitação nesta Casa, não pudemos nem encaminhar, nem discutir, nem fazer a declaração do voto de um projeto de lei de nossa autoria, que é o Projeto do SIAFI-Cidadão.

Reputo o Projeto SIAFI-Cidadão da maior importância para a sociedade mineira, para a sociedade organizada, para as Câmaras Municipais e para as entidades de classe, uma vez que dá transparência à coisa pública. Vai permitir ao cidadão mineiro acompanhar a arrecadação do Estado e a aplicação dos recursos, ou seja, o cidadão poderá acompanhar, passo a passo, a execução orçamentária de Minas Gerais. Trata-se, portanto, de um instrumento que está colocando nas mãos da sociedade a possibilidade de acompanhar o trabalho dos seus representantes.

Com a aprovação do projeto, já não será preciso que os Deputados informem aos municípios que determinado recurso está sendo liberado. Por intermédio do SIAFI, do computador, os municípios terão acesso direto a essa e a outras informações. Isso vai permitir que os recursos sejam mais bem-aplicados, vai evitar a corrupção e possibilitar a otimização da aplicação dos recursos.

Agradeço a sensibilidade dos parlamentares que, por unanimidade, aprovaram o projeto. E que fique registrada minha satisfação por ter podido contribuir um pouco mais com o processo de tornar transparente a coisa pública no Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há questão de ordem a ser respondida. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Alencar da Silveira Júnior. Antes, a Presidência gostaria - tenho a certeza de que em nome de todos os companheiros desta Casa - de dar as boas-vindas a V. Exa. Pela sua aparência, podemos perceber que correu bem a cirurgia a que V. Exa. se submeteu.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria apenas de lembrar a todos que, há quatro anos, colocávamos no ar a TV do Legislativo. Neste dia 30, ela está completando quatro anos de existência.

Essa data não podia passar despercebida, pois, hoje, conseguimos entrar nas casas dos mineiros, mostrando o nosso trabalho, abrindo as portas desta Casa. Tenho a certeza de que, com o empenho de V. Exa. no incremento do trabalho da TV do Legislativo, deveremos chegar, ao final do próximo ano, com mais de 250 municípios conectados. Esse é o trabalho que esta Casa vem fazendo com qualidade.

Gostaria de parabenizar todos os funcionários dessa tevê, como o Cláudio, que começou a trabalhar nela desde a primeira hora. Vou ter a oportunidade, no próximo ano, de mostrar a todos os Deputados e à população mineira como nasceu essa idéia. Conseguimos resgatar os arquivos desta Casa, nos quais está registrada a primeira vez em que subi à tribuna para pedir a criação da TV do Legislativo, ainda com uma imagem muito precária, porque, na época, o sistema de vídeo era outro. Hoje, temos qualidade.

Enfim, uso este microfone, Sr. Presidente, para parabenizar V. Exa., todos os companheiros da TV do Legislativo e esta Casa, que mostra, sem dúvida, através da TV, com o belo trabalho que fazem os Deputados, que Minas Gerais vem dando resultados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a votação de propostas de emenda à Constituição e, não havendo outras matérias em pauta, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 1º de dezembro, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, ficando desconvocada a reunião extraordinária de amanhã, dia 1º, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dezessete horas e quinze minutos do dia quinze de abril de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Glycon Terra Pinto, Marcelo Gonçalves, Maria Tereza Lara e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Direitos Humanos; Jorge Eduardo de Oliveira, Arlen Santiago, Chico Rafael, Eduardo Daladier, João Leite (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús, por indicação da Liderança do PSDB) e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Sebastião Navarro Vieira, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão de Administração Pública; Mauro Lobo, Antônio Andrade, Marcelo Gonçalves, Rogério Correia e Sebastião Costa (substituindo este ao Deputado Rêmo Aloise, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes também os Deputados Paulo Pettersen, Agostinho Silveira e Irani Barbosa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glycon Terra Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que reunião se destina a apreciar os pareceres para o 1º turno, no âmbito das Comissões, do Projeto de Lei nº 182/99, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a readmissão e a reforma disciplinar de praças excluídas da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Com a palavra, o Deputado João Leite, relator da matéria pela Comissão de Direitos Humanos, emite seu parecer, que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2. Na fase de discussão do parecer, o Deputado Sargento Rodrigues solicita ao Presidente que suspenda a reunião por 10 minutos. Reabertos os trabalhos, usam da palavra para discutir o parecer, os Deputados Glycon Terra Pinto, Maria Tereza Lara, Sargento Rodrigues, João Leite, Chico Rafael e Paulo Pettersen. Estes dois últimos apresentam, cada um por sua vez, propostas de substitutivos e uma proposta de emenda, esta de autoria do Deputado Paulo Pettersen, que não são acatadas pelo relator. Encerra-se a fase de discussão, o Presidente anuncia que votam pela Comissão de Direitos Humanos os Deputados João Leite, Glycon Terra Pinto, Marcelo Gonçalves, Maria Tereza Lara e Sargento Rodrigues. Colocado o parecer em votação, salvo proposta de emenda e substitutivos apresentados, fica aprovado o parecer do relator, ficando prejudicados as propostas de substitutivos e a proposta de emenda apresentadas. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra ao Deputado Arlen Santiago, relator da matéria pela Comissão de Administração Pública, que emite seu parecer concluindo pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3 com a Emenda nº 1, apresentados. Na fase de discussão, usa da palavra o Deputado Chico Rafael, que apresenta proposta de substitutivo, a qual não é acatada pelo relator. O Presidente anuncia que votam pela Comissão de Administração Pública os Deputados Eduardo Daladier, João Leite, Arlen Santiago,

Chico Rafael e Sebastião Costa. Colocado em votação, o parecer do relator, salvo proposta de substitutivo apresentada pelo Deputado Chico Rafael, é aprovado pela Comissão com voto contrário do Deputado Chico Rafael. Fica prejudicada a proposta de substitutivo apresentada pelo Deputado Chico Rafael. Na ausência do Deputado Márcio Cunha, relator da matéria pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Marcelo Gonçalves, que emite seu parecer que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 4. Na fase de discussão, usam da palavra os Deputados Sargento Rodrigues, Maria Tereza Lara, Mauro Lobo, Paulo Pettersen, Rogério Correia e Chico Rafael, que apresenta proposta de substitutivo, que não é acatada pelo relator. Votam pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária os Deputados Antonio Andrade, Mauro Lobo, Marcelo Gonçalves, Rogério Correia e Sebastião Costa. Colocado em votação, o parecer do relator é aprovado, ficando prejudicada a proposta de substitutivo apresentada pelo Deputado Chico Rafael. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Miguel Martini - Agostinho Patrús - Doutor Viana - Sebastião Navarro Vieira - Sebastião Costa - Olinto Godinho - Antônio Júlio - Mauro Lobo - Arlen Santiago - Maria Tereza Lara - Adeldo Carneiro Leão - Durval Angelo - João Leite - Marcelo Gonçalves.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Às onze horas do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Paulo Piau e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que, nos termos do edital de convocação, a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e, a seguir, designa o Deputado Luiz Fernando Faria para relatar, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 13/99, da Deputada Maria José Hauelsen. Encerrada a 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 1ª Fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Dimas Rodrigues, relator da Emenda nº 7 apresentada no 1º turno, em Plenário, ao Projeto de Lei nº 497/99, do Governador do Estado, emite parecer concluindo pela aprovação da emenda. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Cumprida a finalidade da reunião e nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Dimas Rodrigues.

ATA DA 26ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Agostinho Patrús, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Patrús, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. José Marcos de Lima, Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, e Marcial Antônio Ferreira Fontes, ambos publicados no "Minas Gerais" de 18/11/99. A Presidência informa, ainda, que houve distribuição de matérias a relatores, cabendo ao Deputado Doutor Viana, os Projetos de Lei nºs 289; 331 e 395/99, no 2º turno; ao Deputado Agostinho Patrús, o Substitutivo nº 1, apresentado em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 396/99 ao Deputado Chico Rafael, o Projeto de Lei nº 152/99, no 2º turno; ao Deputado Sargento Rodrigues, o Substitutivo nº 1, apresentado em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 358/99; e o Projeto de Lei nº 364/99, no 2º turno; ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, os Projetos de Lei nºs 172/99, no 2º turno e 620 e 636/99, no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Doutor Viana, emite parecer para o 2º turno, do Projeto de Lei nº 295/99, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Sebastião Navarro Vieira emite parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 449/99, mediante o qual conclui pela aprovação da proposição na forma proposta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Na ausência do Deputado Arlen Santiago, relator para o 1º turno, das Emendas nºs 2 a 5 e do Substitutivo nº 2, apresentados em Plenário, ao Projeto de Lei nº 448/99, a Presidência redistribui a matéria ao Deputado Agostinho Patrús, que emite parecer pela rejeição do Substitutivo nº 2 e das Emendas nºs 2 a 5 e pela aprovação do Substitutivo nº 3, que apresenta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator do Projeto de Lei nº 464/99 no 1º turno, solicita prazo regimental para emitir parecer, pedido que é deferido pela Presidência. O Deputado Chico Rafael, emite parecer para o 1º turno das Emendas nºs 6 a 9, apresentadas em Plenário, ao Projeto de Lei nº 583/99, que conclui pela prejudicialidade das Emendas nºs 6 a 9, com a Subemenda nº 2 à Emenda nº 4, que apresenta. Na fase da discussão, é apresentada proposta de emenda do Deputado Miguel Martini. Encerra-se a fase de discussão. Colocado em votação o parecer do relator, salvo a proposta de emenda apresentada, este é aprovado. Em seguida, é colocada em votação e rejeitada a proposta de emenda apresentada. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É colocado em votação e aprovado o Requerimento nº 902/99, do Deputado Gil Pereira. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. É apresentado requerimento do Deputado Márcio Cunha, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei nº 483/99, que altera a Lei nº 9.380, de 18/12/86, que dispõe sobre o IPSEMG. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Doutor Viana - Agostinho Patrús - Chico Rafael - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 26ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Às quinze horas do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cabo Morais, Fábio Avelar, Adelino de Carvalho. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cabo Morais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir é lida a seguinte correspondência: ofício contendo cópia da moção de congratulação com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, de autoria do Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, Paulo Augusto dos Santos (Paulão), pela postura combativa diante da privatização da Represa de Furnas; e ofício contendo cópia de documento produzido por moradores de Juiz de Fora sobre a instalação de indústria na Bacia Hidrográfica da Represa de São Pedro. O Presidente, Deputado Cabo Morais, informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta. Dando prosseguimento, a Presidência designa relatores para as seguintes matérias: Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 4/99, em 1º turno - Deputado Antônio Roberto; Projeto de Lei nº 458/99, em 2º turno - Deputado Fábio Avelar. Ato contínuo, passa-se à 2ª Fase da reunião, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Fábio Avelar, relator do Projeto de Lei nº 569/99, em turno único, emite parecer pela aprovação do projeto, que altera o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.821, de 22/7/92, e dá outras providências. A Presidência passa à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 903/99. O Deputado Fábio Avelar apresenta requerimento em que solicita seja aprovada a constituição de um grupo de trabalho no âmbito desta Comissão para proceder a estudos visando a dar prosseguimento às sugestões oferecidas por ocasião do Debate Público sobre O Setor Pesqueiro no Litoral do Próximo Milênio, aprovado por esta Comissão e realizado no dia 10/11/99; aprovado. O Deputado Paulo Piau apresenta requerimento em que solicita seja convidado o Presidente da CEMIG, Djalma Bastos de Moraes, com o objetivo de discutir o processo de fornecimento de energia elétrica aos usuários do Estado; aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 1999.

Cabo Morais, Presidente - Adelino de Carvalho - Fábio Avelar.

ATA DA 11ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às quinze horas do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Agostinho Patrús, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelino de Carvalho, Amílcar Martins, Antônio Andrade, Antônio Júlio, Benê Guedes, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Dimas Rodrigues, João Leite, Luiz Tadeu Leite, Marcelo Gonçalves, Márcio Kangussu, Rogério Correia, Wanderley Ávila e Alvaro Antônio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a discutir, com convidados, a administração dos estádios Magalhães Pinto e Felipe Drumond e anuncia a presença dos Srs. Isnard José Gautério de Vasconcellos, Presidente da Administração dos Estádios de Minas Gerais-ADEMG -; Eduardo Maluf Martins, Diretor de Futebol do Cruzeiro Esporte Clube, representando o Deputado Federal José Perrella Oliveira, Presidente do citado Clube; Marcos Roberto Ribeiro e Vanessa de Souza, ambos representando o Sr. Francisco César de Sá Barreto, Reitor da UFMG; Ricardo Belione de Menezes, representando o Sr. Nélito Brant, Presidente do Clube Atlético Mineiro; Ângelo Pimentel, representando o Sr. Marcus Vinícius Salum, Presidente do América Futebol Clube; Maria Salvador da Costa, Presidente da Federação Mineira de Judô; Waldir de Castro, Presidente da Associação de Cronistas Esportivos, e Antônio Carlos Flores Carone, Presidente da Federação Mineira de Basquete. Registra-se, ainda, a presença dos Srs. Edgar Martins Maneira Júnior, Diretor de Administração e Finanças; Giovanni Detone de Paiva e Ernane Neto Viana, do Departamento Jurídico; Almir Nogueira, Diretor de Infra-estrutura; Flávio Anselmo, Diretor de Promoções e Eventos; Darcy Souza Lima, da diretoria; Emerson dos Santos Reis, Chefe de Divisão de Ingressos; Dario José dos Santos, Assessor da Presidência, todos da ADEMG, e Fernando Souza, Gerente Administrativo do Cruzeiro Esporte Clube. O Presidente informa que o Vereador Ronaldo Gontijo, também convidado a participar da reunião, enviou fax justificando sua ausência. O Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que originou a reunião, solicita esclarecimentos de algumas denúncias de corrupção na ADEMG publicadas nos principais jornais mineiros. Usam da palavra, cada um por sua vez, todos os convidados citados. A seguir, segue-se amplo debate, com a participação dos Deputados e convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Rogério Correia sugere que seja criado um fórum para discutir a administração do Mineirão e do Mineirinho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1999.

Doutor Viana, Presidente - Arlen Santiago - Sebastião Navarro Vieira - Chico Rafael - Antônio Júlio.

ATA DA 16ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimentos do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura das atas da 14ª e 15ª reuniões extraordinárias, as quais são dadas por aprovadas e são subscritas pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado João Leite, procede à leitura da seguinte correspondência: ofícios do Cel. PM José Antoninho de Oliveira, Chefe do Estado Maior da PMMG, conforme publicação no "Diário do Legislativo" de 6/10/99; do Sr. José Roberto Rezende, Ouvidor de Polícia, conforme publicação no "Diário do Legislativo" de 6/10/99; do Sr. Adalclever Ribeiro Lopes, Chefe de Gabinete do Secretário da Segurança Pública, conforme publicação no "Diário do Legislativo" de 6/10/99; do Sr. Juvercino Guerra Filho, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais em Minas Gerais, parabenizando esta Comissão pelo trabalho desenvolvido; da Sra. Cecília Maria Bouças Coimbra, Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, encaminhando material relativo ao lançamento da campanha das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia; carta da Sra. Ilda Anunciação Moreira, namorada de Luiz Gilberto Pereira da Costa, que cumpre pena na Penitenciária Nelson Hungria, informando sobre as condições de saúde do detento e solicitando tratamento adequado; ofício do Deputado Nilmário Miranda, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, convidando esta Comissão para participar do V Encontro Nacional do Fórum Legislativo de Direitos Humanos; convite da Vereadora Jô Moraes para reunião solene de concessão do Título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte ao Dr. César Rodrigues Campos, "in memoriam"; fax do Sr. José Gregori, Secretário Nacional dos Direitos Humanos, conforme publicação no "Diário do Legislativo" de 13/11/99; carta do Sr. Fernando Costa, ex-Policial Militar, denunciando irregularidades no Centro de Integração do Adolescente - CIA -, em Sete Lagoas. A Presidência designa relatores para as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 117/99 - Deputada Maria Tereza Lara; Projeto de Lei nº 127/99 - Deputado Glycon Terra Pinto; Projetos de Lei nºs 444 e 553/99 - Deputado Marcelo Gonçalves. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação do Projeto de Lei nº 389/99, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, apresentado, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Tereza Lara), e pela aprovação do Projeto de Lei nº 623/99 na forma apresentada (redistribuído ao Deputado Marcelo Gonçalves, em virtude da ausência do Deputado Glycon Terra Pinto). Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia, ocasião em que é aprovado o Requerimento nº 898/99, desta Comissão. Em seguida, passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo solicitando que esta Comissão acompanhe a oitiva do Soldado PM Renato Pereira da Silva, no dia 13/12/99; do Deputado Marcelo Gonçalves, em que solicita sejam encaminhadas à Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos denúncias de irregularidades ocorridas na cadeia pública de Caxambu e de agressão praticada por Policiais Militares contra a Sra. Marlei das Graças Alves Pinto; seja encaminhada ao Comandante-Geral da Polícia Militar cópia de denúncia de agressões praticadas por Policiais Militares de Manhuaçu; sejam solicitadas providências ao Presidente da COPASA-MG para se realizar a ligação de esgoto de dois imóveis localizados na Rua Clorita, no Bairro Santa Tereza; seja realizada audiência pública para se discutir a questão dos prédios ocupados por sem-casas no Bairro Santa Tereza; seja realizada audiência pública em conjunto com as Comissões de Administração Pública e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para se discutirem os projetos de lei que tratam da organização básica e do efetivo dos bombeiros; da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhada denúncia de agressões sofridas pelo detento Franco Araújo Prata à Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, à Secretaria Adjunta de Direitos Humanos e à Corregedoria-Geral de Polícia Civil para providências cabíveis; do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para se discutir proposta de alteração na redação do art. 228 da Constituição Federal; do Deputado João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública para se discutir a questão da violência e da tensão social no Triângulo e em Almenara. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 1999.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Marcelo Gonçalves.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial das obras municipais

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bilac Pinto, Antônio Júlio e Antônio Carlos Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final da Comissão e passa a palavra ao relator, Deputado Bilac Pinto, que procede à leitura do relatório. Na fase de discussão, o Deputado Antônio Júlio sugere que o relatório seja encaminhado à Federação Mineira de Associações das Microrregiões de Municípios - FEMAM - e à Associação Mineira dos Municípios - AMM -, o que é aceito por todos. Encerrada a discussão, a Presidência coloca em votação o relatório final, acrescido da proposta do Deputado Antônio Júlio, o qual é aprovado por unanimidade. Em seguida, fazem uso da palavra os Deputados Antônio Carlos Andrada e Bilac Pinto, para suas considerações finais. O Presidente agradece e parabeniza todos os membros da Comissão, bem como toda a assessoria, e informa que o conteúdo da reunião se encontra registrado nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva suspende os trabalhos por alguns instantes, para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Antônio Júlio que proceda à leitura da ata, que é lida, aprovada e subscrita pelos membros presentes, e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Antônio Júlio - Antônio Carlos Andrada - Bilac Pinto.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Rafael, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência informa que houve distribuição de matérias a relatores, cabendo ao Deputado Chico Rafael o Projeto de Lei nº 149/99 no 2º turno, e ao Deputado Doutor Viana, os Projetos de Lei nºs 418 e 424/99, ambos no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Chico Rafael emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 149/99, o qual conclui pela aprovação da matéria no 2º turno, na forma proposta. Colocado em discussão, o Deputado Arlen Santiago solicita

vista da proposição, pedido que é deferido pela Presidência. O Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, para, na condição de relator, emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 418/99, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Continua com a palavra o Deputado Doutor Viana, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 424/99, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria em 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 4 e 5, da Comissão de Administração Pública. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Doutor Viana reassume a Presidência e concede a palavra ao Deputado Sebastião Navarro Vieira para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 613/99 no 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. É apresentado requerimento do Deputado Durval Ângelo solicitando realização de reunião conjunta desta Comissão com as Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 19/99, que dispõe sobre a Organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências; e o Projeto de Lei nº 701/99, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, ambos do Governador do Estado. Colocada em votação, é aprovada a proposição. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Doutor Viana - Chico Rafael - Arlen Santiago - Agostinho Patrús - Sebastião Navarro Vieira - Sargento Rodrigues.

ATA DA 26ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta e Arlen Santiago, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente dá ciência à Comissão de correspondência sobre denúncia recebida com relação a tabela SIA-SUS. O Deputado Edson Rezende comunica que apresentará requerimento solicitando a providência que o caso requer. A Presidência distribui os Projetos de Lei nºs 610 e 104/99 ao Deputado Carlos Pimenta; 612, 615 e 37/99 ao Deputado Adelmo Carneiro Leão e 46, 585 e 427/99 ao Deputado Cristiano Canêdo. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Carlos Pimenta para que este proceda à leitura de seu parecer para o 2º turno, sobre o Projeto de Lei nº 363/99, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, o Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 303/99, no 1º turno, ao Deputado Carlos Pimenta. Este parlamentar procede à leitura do parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 2, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, com as Emendas nºs 4 e 5, da Comissão de Saúde, ficando prejudicada a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que procede à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 529/99, mediante o qual conclui pela rejeição do projeto. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Arlen Santiago solicita seja convertido em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 557/99, pedido que é deferido pela Presidência. Submetidos a discussão e votação, são aprovados em turno único os Projetos de Lei nºs 575/99 (relator: Deputado Carlos Pimenta); 579/99 (relator: Deputado Cristiano Canêdo). A seguir, o Presidente submete a votação, em turno único, os Requerimentos nºs 874 e 914/99, que são aprovados. Ato contínuo, o Presidente submete a discussão e votação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 566/99, o qual é aprovado. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Arlen Santiago apresenta dois requerimentos. No primeiro solicita seja enviado ao Secretário de Estado da Saúde ofício reiterando o requerimento aprovado pela Comissão de Saúde solicitando explicações pelo não-encaminhamento do resultado da auditoria realizada pela referida Secretaria na Prefeitura de Montes Claros, concluída em 14/10/99, a qual comprovou desvios graves na utilização dos recursos do Piso Assistencial Básico - PAB. No segundo solicita seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Saúde, pedindo informar à Comissão se já foi encaminhado ao Ministério Público o resultado da auditoria realizada na DRS e na Coordenadoria Oftalmológica, em que foram comprovadas seriíssimas irregularidades na aquisição de armações de óculos pelos referidos órgãos, bem como quais as providências já foram tomadas por essa Secretaria. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são esses requerimentos aprovados. O Deputado Carlos Pimenta apresenta dois requerimentos. No primeiro solicita seja pedido ao Secretário de Estado da Saúde o envio a todos os municípios mineiros de um exemplar do "Código Sanitário", para que os municípios possam adequar suas leis às determinações do código estadual. No segundo pede seja enviado ofício ao Ministério da Saúde solicitando a doação de um CTI móvel aos municípios mineiros que mantêm serviços de urgência e emergência pelo SUS. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são esses requerimentos aprovados. Logo após, o Deputado Edson Rezende passa a Presidência ao Deputado Carlos Pimenta e apresenta requerimento solicitando seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de esclarecimento sobre os critérios adotados para o reajuste de órteses e próteses na tabela SIA-SUS e qual o montante de recursos destinados ao pagamento dessa diferença, conforme cópia em anexo. Submetido a votação, é essa matéria aprovada. Ao retomar os trabalhos, nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1999.

Edson Rezende, Presidente - Carlos Pimenta - Jorge Eduardo de Oliveira - Arlen Santiago.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA CPI DO NARCOTRÁFICO

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcelo Gonçalves, Marco Régis, Paulo Piau, Rogério Correia, Antônio Carlos Andrada e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Viana e Elaine Matozinhos. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Marco Régis, declara aberta a reunião, comunica que não há ata a ser lida e informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, a designar o relator e a fixar a data e o horário das reuniões ordinárias. O Presidente determina à assessoria que proceda à distribuição das cédulas de votação e solicita ao Deputado José Henrique que atue como escrutinador. Feita a contagem dos votos, o escrutinador registra a presença de seis cédulas de votação, tendo o Deputado Marcelo Gonçalves obtido seis votos, para Presidente e os Deputados Paulo Piau e José Henrique, respectivamente, cinco votos e um voto, para Vice-Presidente. O Presidente "ad hoc" declara eleitos os Deputados mais votados, dá posse, como Presidente, ao Deputado Marcelo Gonçalves e transfere a direção dos trabalhos a este. O Presidente agradece a confiança nele depositada, tece alguns comentários sobre sua participação na Comissão, dá posse ao Vice-Presidente, Deputado Paulo Piau, e designa como relator da matéria o Deputado Rogério Correia. O relator agradece a indicação e solicita ao Presidente que, em vista da complexidade e do volume do trabalho, indique um sub-relator para ajudá-lo. Ato contínuo, o Presidente indica o Deputado Antônio Carlos Andrada para o cargo. Dando seqüência à reunião, os demais presentes fazem uso da palavra. De acordo com os membros da Comissão, o Presidente fixa as quintas-feiras, às 10 horas, para a realização das reuniões ordinárias e de uma reunião informal, com a presença das autoridades sugeridas pelo relator, para estabelecer um cronograma de trabalho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1999.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Paulo Piau - Rogério Correia - Antônio Carlos Andrada - Marco Régis.

ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às quinze horas do dia primeiro de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Jacson Carvalho Leite, Diretor-Presidente da PRODEMGE, que fará exposição sobre a atuação institucional desse órgão. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, autor do requerimento que originou esta reunião, faz suas colocações iniciais. Em seguida, o Sr. Jacson Leite faz explanação sobre o trabalho desenvolvido pela PRODEMGE. Registra-se a presença dos Srs. Arthur Vianna, Diretor de Negócios; Braz Cataldo, Diretor de Administração; Geraldo Elísio Machado Lopes, Assessor da Diretoria de Negócios; Elizabete Carvalho Guadalupe, Assessora da Presidência; Nathan Lerman, Superintendente de Marketing; e Roberto Braga, jornalista, todos funcionários da PRODEMGE. Passa-se à fase de debates, com a participação dos Deputados e convidados, cada um por sua vez, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada hoje, às 18 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Sargento Rodrigues - Agostinho Patrús - Arlen Santiago - Durval Ângelo - Doutor Viana.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 102ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 7/12/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 580/99, do Deputado Bilac Pinto, em que pede informações ao Secretário de Transportes e Obras Públicas sobre o cumprimento do cronograma das obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias, especialmente do trecho situado entre os Municípios de Nepomuceno e Extrema. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 609/99, do Deputado Antônio Júlio, solicitando informações à Secretaria da Segurança Pública sobre o cumprimento, por essa Secretaria, da Lei nº 13.043/98, que dispõe sobre a implantação de Conselhos Regionais de Trânsito no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 623/99, do Deputado Alberto Bejani, pedindo informações ao Secretário da Segurança Pública relativas às receitas e aos investimentos dessa Secretaria no período que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 628/99, do Deputado Amílcar Martins, em que solicita informações ao Procurador-Geral do Estado sobre os motivos da retirada da ação impetrada na 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual contra o acordo de acionistas da CEMIG. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 629/99, do Deputado Dimas Rodrigues, em que pede informações à Presidência da COPASA-MG sobre as obras de implantação de rede de esgoto no Município de Janaúba. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em plenário, voltou a proposta à Comissão Especial que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/99, do Deputado Antônio Andrade, que modifica o "caput" do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que acrescenta parágrafo ao art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II do Título IV da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política de turismo no Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.199, que dispõe sobre a organização da Governadoria do Estado e da Secretaria da Casa Civil e Comunicação Social, cria a Secretaria do Turismo, extingue a Secretaria de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas nas Secretarias da Segurança e da Justiça e de Direitos Humanos, e dá outras providências. A comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 147/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a transformação de créditos constantes de precatórios em bônus do tesouro e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou; pela rejeição da Emenda nº 2, ficando prejudicada a Emenda nº 1. Emendado em plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação da Emenda nº 4 e pela rejeição da Emenda nº 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 483/99, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 9.380 de 18/12/86, que dispõe sobre o IPSEMG. A Comissão de Justiça concluiu

pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresentou. Emendado em plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela aprovação da Emenda nº 5.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 699/99, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.228, de 4/7/96, que cria o Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST -. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 484/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 3º da Resolução 5.186, de 13/7/99, que dispõe sobre garantia em operação de crédito entre o Estado e empresas públicas. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 16/99, do Deputado Anderson Aduato, que dispõe sobre reforma de militar por incapacidade física. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.393, de 6/1/94, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 401/99, da Deputada Maria Olívia, que cria o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - FUNPAT -. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 3 e 4, que apresenta, e pela aprovação da Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 533/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - PRÓ-CONFINS - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2, da Comissão de Justiça, e 3 e 4, que apresenta, e pela Subemenda nº 1, que apresenta à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 665/99, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a extinguir a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S.A. - DIMINAS -. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 78/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que limita o valor da multa de mora decorrente do inadimplemento da obrigação do pagamento pelo serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da COPASA-MG. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 203/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS nas operações internas com vinhos de produção nacional e estrangeira. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 279/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza a renegociação dos créditos do Estado, oriundos de contratos da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais - ex-MinasCaixa - com produtores rurais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 497/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre medidas sanitárias para erradicação de doença animal. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/12/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 197/99, do Deputado Alberto Bejani; 410/99, do Governador do Estado; 416/99, do Deputado Chico Rafael.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 351/99, do Deputado Chico Rafael; 188/99, da Deputada Maria José Haueisen; 493/99, do Deputado Chico Rafael; 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva; 521/99, do Deputado Antônio Júlio; 523/99, do Deputado Paulo Pettersen; 587/99, do Deputado Eduardo Hermeto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 8/12/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 30ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 8/12/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 580/99, do Deputado Luiz Fernando Faria.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 922/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 938/99, do Deputado Márcio Kangussu; 939/99, do Deputado Márcio Cunha; 948 a 950/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 953/99, do Deputado Paulo Piau; 954/99, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial da Mercedes-Benz, a realizar-se às 10 horas do dia 9/12/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Custódio Mattos, Deputado Federal, e a Sra. Marilena Chaves, Consultora do BDMG.

Discutir e votar proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 9/12/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 7/12/99, destinada à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.199, que dispõe sobre a organização da Governadoria do Estado e da Secretaria da Casa Civil e Comunicação Social, cria a Secretaria do Turismo, extingue a Secretaria de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas nas Secretarias da Segurança e da Justiça e de Direitos Humanos, e dá outras providências; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4/99, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição Estadual; 12/99, do Deputado Antônio Andrade, que modifica o "caput" do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual; 15/99, do Deputado Antônio Carlos Andada, que acrescenta parágrafo ao art. 36 da Constituição Estadual; 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II do Título IV da Constituição Estadual e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política de turismo no Estado; 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição Estadual; e 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição Estadual; e dos Projetos de Lei nºs 78/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que limita o valor da multa de mora decorrente do inadimplemento da obrigação do pagamento pelo serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da COPASA-MG; 483/99, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 9.380, de 18/12/86, que dispõe sobre o IPSEMG; 497/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre medidas sanitárias para erradicação de doença animal; 665/99, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a extinguir a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S.A. - DIMINAS -; 699/99, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.228, de 4/7/96, que cria o Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST -; 203/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS nas operações internas com vinhos de produção nacional e estrangeira; 279/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza a renegociação dos créditos do Estado, oriundos de contratos da ex-MinasCaixa com produtores rurais; 147/99, do Deputado Antônio Carlos Andada, que dispõe sobre a transformação de créditos constantes de precatórios em bônus do Tesouro e dá outras providências; 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta dispositivo à Lei nº 11.393, de 6/1/94, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização; 401/99, da Deputada Maria Olívia, que cria o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico Artístico e Arquitetônico; e 533/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - PRO-CONFINS - e dá outras providências; do Projeto de Resolução nº 484/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 3º da Resolução nº 5.186, de 13/7/99, que dispõe sobre garantia em operação de crédito entre o Estado e empresas públicas; e do Projeto de Lei Complementar nº 16/99, do Deputado Anderson Aduato, que dispõe sobre reforma de militar por incapacidade física; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 6 de dezembro de 1999.

Anderson Aduato, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/12/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 705/99, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 20/99

Altera os artigos 7º e 21 da Lei Complementar nº 53, de 1º de dezembro de 1999, que estabelece a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de seu Colar Metropolitano.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os artigos 7º e 21 da Lei Complementar nº 53, de 1º de dezembro de 1999, passam a vigorar com a seguinte com a seguinte redação:

.....

"Art. 7º - Integram à Região Metropolitana de Belo Horizonte os Municípios de Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo e Vespasiano."

"Art. 21 - O Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte é constituído pelos Municípios de Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itatiaiuçú, Itaúna, Jaboticatubas, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São José da Varginha, Sete Lagoas e Taquaraçu de Minas."

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Regoam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de dezembro de 1999.

Alencar da Silveira Júnior

Justificação: A atual proposição visa a excluir o Município de Itabirito da Região Metropolitana de Belo Horizonte e reinclui-lo no Colar Metropolitano, conforme a situação anterior, e de acordo com a vontade dos mandatários políticos locais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 38/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

A proposição em tela, do Deputado Amilcar Martins, pretende seja dada a denominação de Professor Francisco Iglésias ao Anexo da Biblioteca Pública Estadual, com sede no Município de Belo Horizonte.

Após exame preliminar da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 102, c/c o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Francisco Iglésias, Professor Emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, foi historiador reconhecido como uma das maiores inteligências acadêmicas em todo o País e defensor ardoroso da cultura e do patrimônio histórico-cultural de Minas Gerais.

Entre as suas muitas realizações, destacamos a participação junto à UNESCO como membro da comissão que escreveu a história universal.

Crítico feroz dos regimes autoritários, deixou como legado obras de valor inestimável para a história de Minas e do Brasil, além de grande contribuição para a formação de várias gerações de cientistas, pesquisadores e professores.

Nada mais justo que denominar próprios públicos com o nome de personalidades que muito contribuíram para a grandeza de nossa história.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 38/99 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

97ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 24/11/99

O Deputado Ronaldo Canabrava* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente e prezados funcionários, dois assuntos trazem-me a esta tribuna. Primeiramente, a minha cidade, Sete Lagoas, que é o meu colégio eleitoral, completa hoje 132 anos de emancipação política. Não poderia deixar de trazer o nosso abraço, afeto e carinho à gente amiga, ordeira e simpática, da cidade de Sete Lagoas.

Fizemos, também, uma nota à imprensa a respeito do Centro de Integração da Adolescência Monsenhor Messias, de Sete Lagoas, que foi palco de uma rebelião ocorrida na semana passada. Infelizmente, não estava na cidade. Hoje, sinto-me na obrigação de dar essa resposta e de parabenizar o meu companheiro do PMDB, Luiz Tadeu Leite, ex-Secretário da Segurança, que tudo fez por esse centro de integração. Infelizmente, sabemos que o problema vem da estrutura do Brasil. É uma herança. Quando era Governador o Sr. Eduardo Azeredo, em 1996, houve uma grande rebelião nessa instituição. Temos a consciência dos nossos pedidos e de tudo o que fizemos em prol do Centro de Integração da Adolescência, que teve a aquiescência do Sr. Governador e do nosso ex-Secretário, Luiz Tadeu Leite. Sete Lagoas já é um palco de obras da referida instituição. Gostaria de ler a nota que fizemos à imprensa. (- Lê:)

"O Deputado Ronaldo Canabrava lamenta a morte do menor Glaysson Júnior Brás Silva, ocorrida nas dependências do Centro de Integração do Adolescente, em Sete Lagoas. Informa estar acompanhando, com a maior atenção e interesse, a execução das medidas já anunciadas pelo Governo.

Atento ao quadro em que se insere o atendimento ao menor infrator - e o que se verificou em Minas Gerais é o reflexo de uma situação nacional -, alinhei-me com o Governo do Estado em busca de uma rápida e eficaz solução para o problema que constrange a todos os mineiros.

Informamos ainda que, desde os primeiros dias de mandato, encaminhamos pleitos e, pessoalmente, solicitamos providências administrativas e recursos financeiros que viabilizassem o melhor desempenho do CIA em suas atividades tão necessárias. Sempre bem recebidos pelo então Secretário de Estado da Justiça, esses pedidos estavam sendo analisados e, alguns, atendidos.

Cabe ainda ao Deputado comentar que, de fato, indicou candidatos para o preenchimento de vagas abertas no CIA em decorrência do vencimento de contratos temporários que, legalmente, não poderiam ser renovados. E o fez - como continuará fazendo - na tentativa de atender a, pelo menos, parte das centenas de pedidos que recebe todos os meses, decorrentes da crise de emprego que afeta Sete Lagoas e Minas Gerais.

Todos os indicados, portadores de currículos que comprovam capacitação para o cargo pretendido, foram submetidos a análise, para seleção, pelos setores próprios da Secretaria de Estado da Justiça. E os nomeados cumpriram, posteriormente, as exigências legais e as rotinas de treinamento necessárias ao seu exercício profissional.

Confirma o Deputado haver indicado, também, uma pessoa de sua confiança para o preenchimento de vaga na área administrativa do CIA, tendo sido tal indicação confirmada pelo então Secretário de Estado da Justiça. Trata-se de cargo de confiança, cujo titular pode ser demitido a qualquer momento.

Lamentamos que órgãos da imprensa de Sete Lagoas, a serviço de pessoas facilmente identificáveis, estejam querendo dar contornos políticos aos fatos ocorridos no CIA, confundindo, deliberadamente, o que é função legislativa e atribuições executivas.

Como representante de Sete Lagoas na Assembléia Legislativa, consciente de nossas responsabilidades, não nos deixaremos envolver por atos menores de interesse de grupo. Cumpriremos o nosso papel, como temos feito: em atenção à cidade, em respeito ao menor, que precisa ser atendido como exige a lei e, especialmente, no cumprimento de um mandato que lhe foi outorgado pelo povo livre, soberano - e esclarecido - de Sete Lagoas."

Sr. Presidente, temos ainda um requerimento, que passo a ler.

"O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja enviado apelo ao Juizado da Infância e da Juventude, para que sejam internados, no Centro de Integração do Menor - CIA - de Sete Lagoas somente os menores infratores do local e dos municípios vizinhos (Microrregião do Alto Rio das Velhas - AMAV). Sala das Reuniões, 24 de novembro de 1999. Deputado Ronaldo Canabrava". O requerimento tem por objetivo evitar que "desiguais sejam tratados de forma igual". Objetiva impedir que menores de alta periculosidade, graduados em renomadas escolas do crime na Capital, entre elas o narcotráfico, possam conviver com menores infratores detidos por furto ou outros delitos "provincianos", os chamados "ladrões de galinha" do interior.

Vale ressaltar o depoimento do menor de 17 anos, pistoleiro do tráfico na favela Pedreira de Prado Lopes, em Belo Horizonte, que estava internado no CIA de Sete Lagoas (conforme matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 18/11/99, seção "Opinião"), referindo-se ao seu sentimento de matar usando um revólver de calibre 38: "Adoro esta arma. É delicioso matar com um 38. A gente vê o cara se arrebatando no chão, quando toma os tiros".

Diante disso, acredito não haver argumento capaz de negar que menores que se orgulham de seus requintes de violência e alegam não querer reabilitar-se, que se valem da "grande experiência no crime" para intimidar e aterrorizar os demais, que são verdadeiras escolas ambulantes, venham a influenciar outros adolescentes em perfeitas condições de reabilitação.

Isso posto, acredito que se o Centro de Integração do Menor de Sete Lagoas, bem como os de outras regiões do Estado fossem utilizados para a recuperação apenas dos menores das respectivas regiões, a possibilidade de reabilitação seria maior, tendo em vista que não sofreriam a influência de outros menores oriundos de pólos, muitas vezes, bem mais violentos. Ressalta-se também que, dessa forma, cada qual estaria mais próximo de suas famílias e sua comunidade.

Pelos motivos expostos, espero poder contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação desse projeto.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Ronaldo Canabrava, concordamos com a necessidade de, naquele CIA, ficarem os adolescentes da região. A Comissão de Direitos Humanos esteve lá anteriormente àquela morte, que lamentamos muito, já que ela poderia ser evitada. Sabemos da grande preocupação do Governo Estadual, que tem planejado a construção de CIAs em outras regiões, mas insistimos na necessidade da agilidade da ação devido à gravidade da situação. Hoje a situação está em processo de resolução. Esteve lá, pessoalmente, o Secretário da Casa Civil, Dr. Hargreaves, que, na ocasião, deu ordens para que lá ficassem apenas 25 adolescentes, como, certamente, o senhor tem acompanhado. Queremos, neste dia importante, quando toma posse a nova Secretária da Justiça, Dra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, manifestar a nossa esperança, que se deve ao fato não apenas de ela ser mulher, mas de ser uma mulher engajada. Com sua sensibilidade, ela poderá conseguir agilizar as propostas de solução, viabilizando a construção desses centros em todas as regiões do Estado. É necessário que haja esse trabalho profícuo até que os adolescentes infratores possam estar subordinados à SETASCAD ou à Secretaria da Educação, órgãos que, de fato, cuidarão de sua educação - não direi reeducação, porque muitos não tiveram oportunidade de ter uma educação efetiva. Assim poderemos, de fato, erradicar definitivamente esse problema grave do nosso Estado e do nosso País. Esse problema existe há anos, mas agora está no seu auge.

Existe, em Brasília, a proposta de reduzir a idade para que os adolescentes assumam a penalidade de um adulto. Entretanto, somos contra ela, porque, na verdade, o problema não é a idade, mas sim a falta de estrutura necessária para que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja cumprido, pois, se houvesse essa estrutura, não haveria necessidade de incriminar adolescentes de 14 a 16 anos. Eles já são extremamente penalizados, uma vez que estão em circunstâncias carcerárias piores que a dos adultos, quando, na verdade, são vítimas de

famílias desestruturadas, de adultos traficantes, etc.

Quero, mais uma vez, concordar com sua proposta e dizer que todos temos que somar esforços para que essa situação, de fato, possa ser resolvida, já que um país que não prioriza suas crianças jamais poderá ter qualidade de vida e trazer felicidade para seu povo.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Nobre Deputado Ronaldo Canabrava, como cidadão de Pedro Leopoldo, cidade vizinha de Sete Lagoas, quero parabenizá-lo por seu pronunciamento e pelos 132 anos de emancipação de Sete Lagoas. Gostaria de falar um pouco de sua personalidade forte. O senhor sempre foi um grande parlamentar e nunca se omitiu. Somos testemunhas disso e queremos deixar, em nome de nosso partido, esse apoio a V. Exa. O nosso partido, o PDT, sabe que o senhor jamais se omitirá. Mais uma vez, quero parabenizar Sete Lagoas por seus 132 anos de emancipação.

O Deputado Ronaldo Canabrava - Agradeço o aparte do nobre Deputado Marcelo Gonçalves. Infelizmente, não dará tempo para que faça o meu pronunciamento, mas quero deixar um abraço fraternal de todos os sete-lagoanos, e o meu, especialmente, às Deputadas e aos Deputados, meus amigos da Assembléia, pela atenção que têm para comigo e para com a população de Sete Lagoas. Um abraço a todos os sete-lagoanos presentes, pois sei que há muitos. Esperamos que Sete Lagoas sempre continue no caminho da transparência, do progresso e do desenvolvimento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, quero, inicialmente, registrar, com muita satisfação, a chegada a esta Casa do Deputado Luiz Tadeu Leite, que, durante longo tempo, prestou relevantes serviços ao Governo Itamar Franco. Agora, volta a esta Casa. Tenho a certeza de que, com o brilho da sua inteligência, engrandecerá os trabalhos do Legislativo. Gostaria de registrar também, com muita satisfação, a feliz convivência com o caríssimo e dileto amigo, Deputado César de Mesquita, cuja presença foi dignificante para esta Casa, em virtude da sua amizade, lealdade e companheirismo. Portanto, ficam registradas as palavras deste parlamentar para quem entra e para quem sai. Tenho a certeza de que ambos têm prestado relevantes serviços ao Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é um assunto que merece desta Casa, do Estado e do Brasil uma atenção muito especial. Refiro-me ao grande problema da água, que será discutido por toda a sociedade no novo milênio.

Já é notório o fato de que uma das grandes controvérsias do próximo milênio será a respeito do abastecimento de água, distribuída de maneira muito desigual entre os continentes. Seus circuitos naturais - os rios - já são objeto da preocupação dos governantes mundiais, visto que poderão tornar-se motivo de guerra.

O crescimento acelerado dos grandes núcleos urbanos está provocando a utilização da água de forma não sustentável. Além da ameaça de esgotamento da quantidade disponível, a qualidade das águas está cada vez mais comprometida pela poluição de origens doméstica e industrial. É nesse contexto que se abre a discussão em relação à urgente necessidade de formular políticas e ações que norteiem as iniciativas para a preservação desse valioso e indispensável bem.

Noventa e sete por cento do total das águas está nos oceanos; 2% localizam-se nas geleiras, e do 1% restante quase a totalidade é subterrânea; portanto, menos de 1% das águas está realmente disponível para o abastecimento das populações.

A ameaça de escassez dos recursos hídricos aumenta em todo o mundo. Na China, dona de 1/5 da população mundial, 35% dos poços artesianos já estão esgotados. Na América Latina, o problema apresenta contornos dramáticos em muitas áreas. Da década de 50 para cá, cerca de 30% das fontes de água da região se exauriram, tendo como consequência a queda em 37% da disponibilidade de água por habitante nos últimos 15 anos.

Mantida a atual política de uso da água e com as estimativas de crescimento populacional, a Organização das Nações Unidas prevê o esgotamento do estoque útil de água potável no mundo, fazendo com que a água se torne o ouro líquido do novo milênio.

Em Minas Gerais, o problema não é menos grave. Considerado a "caixa-d'água do Brasil", o Estado vive um processo acelerado de redução de seus mananciais, resultado de poluição industrial, uso indiscriminado das fontes, despejo de resíduos domésticos e desmatamentos.

A triste realidade com que nos deparamos em nossos rios Grande, Doce, São Francisco, das Velhas, Piracicaba, Paraopeba, Jequitinhonha, dentre outros, atesta essa verdade.

Esse estresse hídrico traz cada vez mais a perspectiva alarmante de chegarmos ao século XXI em meio a maior escassez de água limpa da história da humanidade.

Para proteger os mananciais que ainda restam, o homem deve interagir de maneira mais inteligente e harmônica com a biosfera, diferentemente do que ocorreu nos últimos 50 anos, quando agrediu mais a natureza do que em toda a sua história na Terra.

A necessidade de buscarmos a mudança de comportamento da sociedade em relação à água torna-se imperiosa neste momento, pois só assim poderemos romper a lógica de descaso e de mau uso dos recursos hídricos.

Nesse sentido, apresentamos o projeto de lei nº 569/99, já apreciado pela Comissão de Justiça e que será analisado nesta tarde pela Comissão de Meio Ambiente, o qual, ao alterar a redação da Lei nº 10.821, de 22 de julho de 1992, visa a instituir no calendário oficial do Estado a Semana da Água, com a expectativa de promover e disseminar entre o povo mineiro a conscientização e a importância de trabalharmos pela preservação dos recursos hídricos.

Buscando ressaltar o objetivo presente em nossa iniciativa, propusemos, também, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, para discutir a questão com diversas autoridades do setor, bem como debater os reflexos da criação da Agência Nacional de Águas em nosso Estado. Aliás, encontra-se na Ordem do Dia de hoje na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 1.617-C, que dispõe sobre a criação dessa Entidade Federal de coordenação e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Quero registrar, também, que Belo Horizonte será sede do XIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, entre os dias 28 de novembro e 2 de dezembro próximos, com o tema "Água em quantidade e qualidade: o desafio do próximo milênio".

Ainda dentro do mesmo tema, forma-se a discussão em relação aos serviços de saneamento básico. De acordo com o BNDES, a privatização das companhias estaduais de saneamento está na ordem do dia. Segundo a Instituição, os indicadores no setor não seriam positivos. A média atual de perdas das empresas de economia mista que prestam esse tipo de serviço para a população seria de 50%, um índice extremamente alto, até mesmo para os padrões latino-americanos. Além disso, das 27 concessionárias públicas brasileiras, 26 estariam trabalhando no vermelho.

Apesar dos índices alarmantes, é bom lembrar que essas empresas e concessionárias fazem parte de um grupo restrito que, entre os muitos benefícios oferecidos, privilegia também a questão da saúde pública. O saneamento básico, que é tido como atribuição primária do município, conta, na maioria das vezes, com obras administradas por órgãos estaduais ou federais, devido aos altos custos envolvidos.

Atualmente, no País, estão em fase de término vários contratos de concessão firmados entre municípios e companhias estaduais de saneamento básico, a exemplo da COPASA. Alguns renovaram com os antigos parceiros, outros estão optando pela total privatização, e existe ainda um grupo que resolveu assumir a direção dos novos serviços.

Não se deve esquecer que com a privatização, as populações que ainda não foram beneficiadas com água canalizada e rede de esgoto em suas residências podem estar fadadas a permanecer nessa situação desconfortável por um bom tempo, já que não representam lucro financeiro, objetivo principal da atividade empresarial.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - É preciso ficar atento para o fato de que a privatização poderá prejudicar o princípio da universalização do atendimento. Aliás, esse conceito vale também para o processo de privatização de Furnas, pois entendemos que os sistemas de abastecimento de água e geração de energia elétrica são fatores primordiais na preservação da qualidade de vida do povo.

Países onde a economia se mantém estabilizada nem sequer cogitam de privatizar esse tipo de serviço. Já o Governo Federal vê, na venda das empresas estatais que atuam nessa área, uma boa oportunidade para aumentar os recursos do caixa da União e se esquece das conseqüências desastrosas que essa iniciativa poderá trazer ao setor social.

Em face do grande desafio que temos a enfrentar, é imprescindível que esta Casa, por seus parlamentares, atue com determinação contra essa lógica perversa e frontalmente contrária ao interesse público. O povo mineiro espera de todos nós um firme posicionamento em defesa desse bem comum e inalienável, essencial para a sobrevivência da espécie humana.

De Minas Gerais, caixa d'água do Brasil, de onde partem as águas de importantes e caudalosos mananciais, certamente partirão propostas e idéias para irrigar o campo fértil do debate e da reflexão. Com muito prazer concedo aparte ao Deputado Ivo José.

O Deputado Ivo José (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de aproveitar este aparte para cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que está fazendo. Entendemos que esse tema deve permanecer em debate nesta Casa, não só na Comissão de Meio Ambiente e no Plenário, mas também nos outros espaços. A Assembléia Legislativa, através dos seus Deputados, já está se manifestando, como, por exemplo, na Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos da Bacia do Rio Doce, acompanhando também a formação dos comitês. Já chegam ao número de 12 os comitês de bacias de nosso Estado.

E agora, por último, a questão da luta contra a privatização de Furnas. No dia 10 de dezembro teremos aqui, em Belo Horizonte, um ato público. Nesse dia iremos lançar publicamente a Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a Privatização de Furnas, da qual V. Exa. é signatário. Precisamos fazer esse debate com a sociedade, porque já ficou comprovado que as privatizações ocorridas até agora não trouxeram benefícios para a população. Muito pelo contrário. Principalmente agora, na questão das águas, que é um patrimônio estratégico, não podemos abrir mão da nossa soberania, não podemos permitir que essa entrega ocorra.

Portanto, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero endossar as palavras de V. Exa. e conclamar todos os Deputados que estão participando da Frente Parlamentar Jorge Hannas contra a Privatização de Furnas para que, no dia 10 de dezembro, possamos nos unir à sociedade civil, ao movimento sindical, ao movimento estudantil, às demais entidades da sociedade civil e também aos órgãos do Governo para fortalecer o lançamento da Frente. Com isso estaremos nos preparando para que, no ano que vem, no mês de março, na Semana da Água, possamos fazer um grande movimento aqui, em Minas Gerais, a fim de enfrentar a política nefasta, privativista, do Governo Fernando Henrique Cardoso. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço o posicionamento de V. Exa., com a certeza de que vem enriquecer o nosso debate.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Também gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento lúcido que faz neste momento. V. Exa. é um Deputado novo nesta Casa, mas já vem demonstrando a sua garra na luta em defesa do nosso povo.

Queria, neste momento, também me solidarizar com V. Exa. para lutar contra a privatização de áreas estratégicas do Governo. Nesse contexto encontra-se a área de saneamento e, como disse também o Deputado Ivo José, a privatização de Furnas. Temos de lutar contra esse fantasma que vem cada vez mais assolando as nossas empresas.

Portanto, gostaríamos de hipotecar a V. Exa. a nossa solidariedade com essa luta que não é só dos Deputados, mas de todo o povo mineiro e - por que não dizer? - de todo o Brasil. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço o aparte de V. Exa. e tenho a certeza de que esta Casa caminhará firme e determinada quanto aos anseios de Minas Gerais e do Brasil.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, imprensa presente, primeiramente quero, em nome do PDT, parabenizar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva por seu pronunciamento e mostrar nossa postura e a de nosso partido contra a privatização de Furnas. O nosso partido também caminha junto com o Governador Itamar Franco contra essa privatização de Furnas e contra qualquer outro tipo de privatização que o Governo Federal vem fazendo.

É aniversário de Sete Lagoas, que está fazendo 132 anos. Mas Pedro Leopoldo também está vivendo um grande momento, com o Grupo RODECIM, que completa 25 anos na cidade de Pedro Leopoldo.

Há 25 anos um conceituado grupo cimenteiro, originário da Suíça, idealizou, projetou, avaliou e concretizou a instalação de suas fábricas num município brasileiro, em terras mineiras próximas à Capital do Estado, Pedro Leopoldo.

Em função dessa indústria o município ganhou projeção, recebeu pessoas de diversas cidades do País e grandes profissionais de outras partes do mundo, que uniram seus conhecimentos para que tudo funcionasse na mais perfeita ordem e segurança possíveis.

O objetivo foi plenamente alcançado. Tudo saiu conforme o planejado.

Passaram-se os anos, e a modernidade exigiu a expansão que trouxe novos investimentos, favorecendo o desenvolvimento da cidade.

Famílias adquiriram casas, formaram filhos, alguns se aposentaram, e muitos têm hoje sua tranquilidade graças ao grupo suíço, que acreditou nos recursos naturais dessa terra.

Motivo de orgulho para nós, de uma forma ou de outra a fábrica faz parte de nossa vida e é integrante da comunidade, desde a geração de empregos e a arrecadação de impostos até a construção do moderno centro de estudos e imagem na Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho, em Pedro Leopoldo, passando pela associação nacional Vivamos Melhor, a implantação do sistema de gestão ambiental e o desenvolvimento da Planta de Bending, que cuida dos aspectos e dos impactos no meio ambiente, com o máximo de respeito à natureza.

São 25 anos construindo um mundo melhor. O Grupo Rodecim realmente tem trazido grandes benefícios não só para a cidade de Pedro Leopoldo, mas também para Minas Gerais e para o Brasil.

Estivemos na Secretaria do Meio Ambiente, mais uma vez, com o Secretário Tilden Santiago e com sua Chefe de Gabinete, D. Carmem, quando tivemos o sinal positivo de que dentro de 15 dias será dada uma licença provisória ao Grupo Rodecim, e será implantada a primeira fábrica de queima de resíduos no Brasil. Existe uma fábrica na Bélgica, em Bruxelas, e uma na Alemanha. Dentro de 15 dias, com certeza, voltarei a esta tribuna para agradecer ao corpo técnico da FEAM e ao nosso Secretário do Meio Ambiente, Tilden Santiago.

Por falar em festa, na segunda-feira inauguramos, juntamente com a comunidade, o CTI de Divinópolis.

Essa inauguração é muito importante porque a iniciativa partiu da comunidade de Divinópolis. Foi feito o levantamento, a construção, a busca de ajuda financeira, de casa em casa,

através das associações, para que tivéssemos um CTI infantil em Divinópolis. Isso é importante porque sabemos que temos de descentralizar a saúde. Temos de fazer CTI infantil não só em Divinópolis, mas em Montes Claros, em Sete Lagoas, nas cidades-pólos, como Curvelo, para que se desafogue um pouco o CTI do Pronto-Socorro de Belo Horizonte. Assim, acabarão as mortes de crianças por falta de vaga no CTI de Belo Horizonte. As pessoas que moram em cidades da região metropolitana, como eu, que moro em Pedro Leopoldo, conhecem as dificuldades do Secretário da Saúde de Belo Horizonte em relação ao CTI. E o único meio de resolver isso é descentralizando a saúde. Quero agradecer ao Secretário do Planejamento, Dr. Manoel Costa, que viabilizou o projeto, liberando, sem muita burocracia, recursos da ordem de R\$350.000,00. Através da gestão do SUS, ele pôde liberar a verba mais rápida, e, conseqüentemente, houve a compra do material para o CTI infantil, que foi inaugurado, na segunda-feira, em Divinópolis.

Mais uma vez, quero ressaltar a participação da comunidade e das associações dessa cidade. Que continuem prestando esse serviço ao CTI. Nós, que somos médicos, sabemos, mais que nunca, que um CTI não vive de lucro. O CTI de Divinópolis, por mês, vai ter um déficit em caixa de R\$20.000,00. Sabemos que vamos ter o apoio da comunidade, das associações e, principalmente, do Secretário da Saúde do Estado, Dr. Armando Costa, que vem praticando uma política de descentralização da saúde. Isso é o correto. Quero parabenizá-lo.

Pedro Leopoldo também viveu grandes momentos de festa, na sexta-feira, com o Secretário da Educação, Murílio Hingel, quando foi inaugurada a Escola Estadual Magno Claret. Isso estava previsto há mais de 17 anos e era o maior desejo da comunidade da Lagoa de Santo Antônio, que corresponde a mais de 60% da população de Pedro Leopoldo. A inauguração representou muito para a comunidade.

Quero ressaltar a visita "in loco" do Secretário Murílio Hingel às escolas estaduais. Esteve também em Matozinhos, onde estive presente, juntamente com os Deputados majoritários dessa cidade, e ali reivindicou recursos para a escola do Visconde. Em Matozinhos foi atendido pela Diretora da Escola, Aparecida.

Estivemos, no mesmo dia, sábado, com o Secretário da Educação, Murílio Hingel, em Capim Branco, juntamente com o Prefeito, Dr. Aluísio, na Escola Francisco Salles, inaugurando uma sala de informática. Sabemos que estamos no momento da globalização, e os alunos que não tiveram acesso à informática já sairão das escolas com atraso. Tudo isso faz a gente ficar feliz. Minas Gerais está saindo de uma situação que era crítica. Quero parabenizar o Governo Itamar Franco, por essas medidas, e o Secretário da Educação, que vem nos atendendo. Realmente, penso que, em Minas, os Secretários estão mostrando o caminho certo, visitando os municípios, dando apoio aos Deputados.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Caro Deputado Marcelo Gonçalves, Srs. Deputados, Sr. Presidente, quero agradecer o aparte que V. Exa. me concedeu para fazer também minhas as suas palavras com relação à atuação do Secretário Murílio Hingel, que tem, realmente, dado conta do recado na sua Secretaria. É um homem atuante, que dialoga conosco e que tem prestigiado os Deputados em todos os sentidos.

Fico feliz em ver que o trabalho de V. Exa. está sendo reconhecido e valorizado em sua região. O Secretário levou V. Exa. Para nós, parlamentares, isso vale muito. Por isso, quero aplaudir o Secretário Murílio Hingel pelo trabalho que tem desenvolvido em Minas Gerais. Recentemente, estivemos lá com o Deputado Doutor Viana, também do PDT, o qual tem feito um ótimo trabalho em sua região. Tenho a certeza de que todos os Deputados têm tido um atendimento do melhor nível. Conseqüentemente, isso reflete na atuação do Governador Itamar Franco, que tem um secretariado de alto nível democrático e que nos tem ajudado a cumprir nossa missão na Casa e em nossa região. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço o aparte ao Deputado Bené Guedes. Quero falar ainda de um problema que está nos afligindo muito no Estado. Trata-se do câncer, de que muitas pessoas não gostam de falar. "O câncer avança na fila de espera." Quando vemos uma manchete dessas, como médico e como cidadão, que convivemos com essa doença tão maligna, que não só destrói a pessoa mas também seus familiares, ficamos muito preocupados com a situação.

Sabemos que no Estado a rede do SUS atende a cerca de 60% dos pacientes de câncer, ou seja, atende mais ou menos na faixa de 6.500 a 8.000 mil pessoas. Para os Deputados e os senhores telespectadores terem uma idéia, isso representa que, para quatro doentes, um fica sem atendimento. Só Deus sabe como é ter um caso desses na família. É triste saber que, de cada quatro cidadãos mineiros, um fica sem tratamento, porque não há vaga. É um alerta que fazemos.

Temos a certeza de que o Secretário da Saúde, Dr. Armando Costa, mais uma vez, como está fazendo com o CTI infantil no Estado, irá descentralizar. Em Divinópolis está sendo construído um hospital do câncer, que pode atender as regiões Centro-Oeste e Oeste. Esse hospital está caminhando e, provavelmente em março, irá inaugurar a área de radioterapia; mas, apenas em novembro, daqui a um ano, a ala de quimioterapia, por falta de recursos. Apelamos para que o Secretário Armando Costa viabilize recursos para o Hospital do Câncer de Divinópolis. Vai ser mais um ato de descentralização da saúde no Estado. Conseqüentemente, haverá melhoria de vida para os que têm essa infeliz doença.

Finalizando, Sr. Presidente, quero mais uma vez agradecer esta oportunidade. Quero dizer, de cadeira, que fico orgulhoso, como chefe de família que sou e pai de dois filhos, em participar da CPI do Narcotráfico. Está sendo cogitado que muitos Deputados não querem participar e que outros querem. Acho necessário chegar ao fundo do poço. Temos de apanhar os traficantes e descobrir de onde vem isso, doa a quem doer, mesmo que haja Deputado ou empresário envolvido.

Não podemos nos omitir nessa investigação. Nossa função de fiscalizar deve ser exercida, porque fomos eleitos pelo povo também para isso. Não vou me omitir. Já recebi vários telefonemas de amigos de Pedro Leopoldo e de médicos de Belo Horizonte que viram meu nome, nas manchetes de hoje, como membro da CPI. Assim, quero reafirmar o meu compromisso com a sociedade mineira e principalmente com a minha pessoa. Nunca sou homem de correr da raia, muito menos numa questão tão nobre e relevante: o combate ao tráfico, que considero mais grave que um câncer e que existe não só em Minas Gerais, mas em todo o País.

A droga é um verdadeiro câncer para a família, que também sofre junto com o drogado. Concedo um aparte ao Deputado Carlos Pimenta, mas confesso que o meu tempo acabou.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero apenas parabenizá-lo, principalmente pelo final do seu discurso. Esta Casa Legislativa está dando uma demonstração de que é necessário fazer um grande mutirão nacional. Minas Gerais, por ser um Estado central, é rota permanente do tráfico de drogas. Assim, é necessário que a Assembléia Legislativa, como também as Assembléias Legislativas dos outros Estados, possa aderir a esse grande mutirão.

O pronunciamento de V. Exa. foi dos mais responsáveis. V. Exa. está dando a sua contribuição, e tenho a certeza de que, ao final, estaremos mostrando à Nação que este não é o momento de temer, de recuar, e sim de defendermos, com todas as nossas forças, a bandeira da moralidade, da segurança das nossas famílias e dos nossos filhos, porque o narcotráfico, as drogas estão, cada vez mais, consumindo, dizimando a estrutura mais forte que existe, que é a familiar, e também a juventude. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O Deputado Marcelo Gonçalves* - Queria agradecer as palavras do nobre Deputado Carlos Pimenta e dizer que é isto mesmo: está-se desestruturando o que há de mais forte em nossa vida: a família. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o assunto que me traz à tribuna hoje, sem dúvida alguma, está na ordem do dia do País e do Estado: exatamente a questão da CPI do Narcotráfico.

Nosso País, muitas vezes a passos lentos, é verdade, tem procurado encontrar-se naquilo que nós, mineiros, pelas nossas tradições, sempre soubemos cultivar no fundo de nosso coração, que é a moral, os bons costumes. Nesse sentido, a CPI do Congresso Nacional tem um papel fundamental para, pelo menos, minimizar a questão das drogas, do tráfico no País, que, muito bem sabemos, é uma questão mundial.

Assim, Sr. Presidente, fazemos coro com os Deputados que desejam também prestar esse serviço ao Estado e ao País, por meio dessa CPI. Quero cumprimentar os Srs. Deputados dela participantes. Nós, do PMDB, trazemos o nome dos companheiros José Henrique, como efetivo, e Antônio Roberto, como suplente. Tenho a certeza, Sr. Presidente, de que, agindo dessa forma, estaremos contribuindo para que Minas possa dar ao País a sua colaboração e a sua participação nesse processo.

Outro assunto também trago à consideração dos meus pares, Sr. Presidente, e é motivo, sem dúvida alguma, para fazer essa reflexão. Estamos próximos dos derradeiros dias que

encerrarão esta sessão legislativa deste ano de 1999. É muito bom ver que avançamos na pauta, pois já aprovamos diversos projetos e aprovaremos ainda tantos outros.

Nesse sentido, quero chamar a atenção dos senhores para o fato de que estamos fazendo um grande esforço junto à Mesa da Casa e aos diversos Presidentes de comissões para que aqueles projetos que, por ventura, tenham perdido prazo nas nossas comissões venham imediatamente a Plenário a fim de que possamos, ainda neste ano, aprová-los, avaliando um por um.

Quero cumprimentar todos os parlamentares, porque tivemos, neste ano, um número de iniciativas digno de ser registrado por este parlamento e, especificamente, por esta legislatura. Nesse sentido, nós, da Comissão de Fiscalização Financeira, estamos envidando esforços para acelerar a tramitação e avaliação desses projetos. Estaremos, amanhã, na parte da tarde, realizando uma reunião extraordinária da Comissão para aprovarmos o maior número de projetos possível. É importante lembrar que, pela natureza da Comissão de Fiscalização Financeira e pela natureza do trâmite do processo legislativo, essa Comissão é a última a dar seu parecer nos projetos, tendo, pela sua natureza, uma especificidade enorme, que é a de analisar todas as proposições sob o ponto de vista do impacto financeiro. É evidente que, ao chegar à nossa Comissão, muitas vezes o projeto já amadureceu, estando pronto para ser apreciado pelo Plenário. Portanto, trata-se de uma comissão extremamente suscetível a perda de prazo, por vários motivos, inclusive o aqui relatado.

Sr. Presidente, são esses os dois assuntos que gostaria de trazer à consideração dos Deputados no dia de hoje.

Quero, também, dizer que este Deputado tem tido enorme preocupação - e aproveite a presença do Deputado Roberto Carvalho neste Plenário - em relação à questão da BR-040. Esteve em meu gabinete o Prefeito de minha terra natal, Cachoeira da Prata, quando comentamos a respeito do fato absurdo que é a convivência com aquele trevo, que prejudica o Município de Sete Lagoas, Cachoeira da Prata e outros da região. Estamos envidando esforços junto ao DNER para resolver essa questão.

O Deputado Ronaldo Canabrava (em aparte) - Agradeço a V. Exa. pela concessão do aparte. Realmente estamos imbuídos nesse trabalho. Aquele trevo é um entrave para Sete Lagoas e Cachoeira da Prata. Estivemos com o engenheiro chefe do DNER, Dr. Tarcísio, que nos prometeu solucionar a questão, dizendo, inclusive, que tinha, para tanto, uma ordem do Dr. Eliseu Padilha para reiniciar os trabalhos relativos ao trevo de Sete Lagoas e Cachoeira da Prata ainda em novembro. Nós, preocupados com o assunto, ligamos para o Dr. Tarcísio, que nos comunicou dever-se o atraso das obras ao tempo chuvoso, sendo que as mesmas serão reiniciadas tão logo haja uma estiagem. Essa obra é muito importante para a população daqueles municípios, inclusive para a proteção de vidas, dado à ocorrência de acidentes fatais na localidade.

O Deputado Márcio Cunha - Quero agradecer a contribuição do companheiro Ronaldo e dizer que seria importante uma visita ao local, à qual se dispôs o Dr. José Élcio, Chefe do Distrito do DNER. Nessa visita, eu levaria o Prefeito de Cachoeira da Prata, convidaria V. Exa., que representaria o Município de Sete Lagoas, e poderíamos contar com a presença de outras lideranças da região. Trata-se de uma vergonha a existência daquele trevo da forma em que se encontra.

Outra informação que eu gostaria de trazer aos Deputados refere-se à conversa que tivemos com o Dr. José Élcio. Marcamos com ele uma audiência para levarmos à sua consideração o movimento que liderávamos na Câmara Municipal de Belo Horizonte e que hoje lideramos nesta Casa, juntamente com o Deputado Álvaro Antônio, na Comissão de Transporte, relativo à recuperação definitiva do anel rodoviário.

Como todos sabem, o anel rodoviário foi duplicado no início da década de 80 e, desde então, precisava de obras para que fosse complementado. Infelizmente, apenas em 95, quando lançamos o Movimento SOS Anel Rodoviário, conseguimos a iluminação, que está completa, que foi uma obrigação do Governo do Estado. O Governo, realmente, iluminou os 26km do anel, obra que ficou em mais de R\$8.000.000,00. O DNER, a que cabia a recuperação de todo o piso, a sinalização estatigráfica, com aquelas defensas, chamadas barreiras New Jersey, infelizmente se limitou a fazer um serviço de tapa-buracos. A Prefeitura de Belo Horizonte comprometeu-se a fazer, ao longo dos 26km, nove passarelas, mas licitou apenas quatro e fez apenas uma em frente à comunidade do Bairro Califórnia.

Continuamos nessa luta. Nessa semana, fomos informados pelo ilustre dirigente do 6º Distrito do DNER que tínhamos a solicitação de uma verba para a complementação do anel rodoviário em torno de R\$45.000.000,00 ou R\$50.000.000,00, dos quais foram liberados apenas R\$900.000,00 para as obras da operação tapa-buracos, especialmente nessa época de chuvas. De qualquer forma, lá estaremos com o Movimento SOS Anel Rodoviário, inclusive para influenciar a forma como serão gastos esses recursos ao longo do anel. Já que são tão irrisórios, que pelo menos sirvam para diminuir o sofrimento daquelas pessoas que lá trafegam. Muitas pessoas moram ao longo do Anel Rodoviário, tendo que conviver com toda sorte de problemas. Toda semana temos notícias, por intermédio dos mais diversos veículos de comunicação, a respeito dos problemas ocorridos no Anel Rodoviário. Sem dúvida alguma, esse assunto desperta um interesse muito grande por parte da comunidade belo-horizontina.

Outra questão sobre a qual quero falar é a posse da Secretária Ângela Pace, que era a Secretária Adjunta de Atividades Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte e que agora assume a Secretaria Estadual de Justiça, às 15h30min. Em função de atividades nesta Casa, provavelmente não poderei estar presente, mas nós, do PMDB, sentimo-nos orgulhosos dessa valorosa companheira da Associação Comercial de Minas, extremamente dedicada à Federação das Mulheres e que, sem dúvida alguma, tem elevado o nome da mulher mineira e que hoje, como Secretária de Justiça, terá oportunidade de fazer um belo trabalho. A única coisa que espero é que, por trás dessa nomeação, não esteja o desejo do Governador Itamar Franco, do nosso PMDB, de nos desperdiçar de termos candidatura própria, já que Ângela Pace é extremamente ligada à nossa candidata a Prefeita, Deputada Maria Elvira. Essa é a única ressalva que fazemos. Esperamos que isso não aconteça, porque, reafirmamos mais uma vez, o PMDB não abrirá mão de ter uma candidatura própria. Por enquanto, porque assim ela o deseja, nossa candidata a Prefeita é a Deputada Federal Maria Elvira. Muito obrigado, Srs. Deputados.

98ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 25/11/99

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados e prezados amigos presentes nas galerias, é uma satisfação voltar a esta tribuna, desta vez para enaltecer o lançamento do Programa Lumiar, efetivado, ontem, pelo Governo de Minas. Esse programa é excepcional. Na oportunidade, gostaríamos de parabenizar a CEMIG, através de seu ilustre Presidente, Dr. Djalma Morais. Gostaria de, também, parabenizar o ilustre Diretor, ex-Deputado Federal, Dr. Aloísio Vasconcelos, que é um grande profissional dessa área e que, há muito, vem trabalhando para efetivar o lançamento desse programa. O Governador, por haver tido a sensibilidade de apoiar essa importante área de eletrificação rural, proporciona à CEMIG, até o final de seu Governo, a oportunidade de deixar a área rural 100% eletrificada. Esse programa mudará a vida de milhares de famílias, ou seja, 144 mil produtores rurais estarão sendo atendidos, é um exemplo para o nosso País e proporciona, na área social, um tratamento de igualdade para com os nossos semelhantes que vêm, há muito tempo, deixando o campo, justamente pela falta de condições de viver com dignidade e de trabalhar para dar a sua família um mínimo de conforto. Em função disso, ontem, tivemos a alegria de ver o Governo estabelecer, talvez, para este ano, o maior programa de investimento, no que tange ao atendimento dessa sofrida classe rural. Por isso, sentimo-nos gratificados pela nossa forma de trabalhar. Nós, que temos um carinho pela área rural, gostaríamos de dizer que nos alegrou muito poder participar do lançamento desse programa.

Ao mesmo tempo que a CEMIG efetiva esse lançamento, gostaria de, nesta oportunidade, pedir ao Governador Itamar Franco e ao seu ilustre Secretário de Minas e Energia, Dr. Paulino Cicero, que estabeleçam, para o próximo ano - já que para este ano isso é praticamente impossível -, uma linha de ação que dê segmento a uma já estabelecida, no Governo passado, com relação à Zona da Mata. A região é nossa, é do Governador Itamar Franco, e é também muito conhecida pelo Secretário Paulino Cicero, que já foi Ministro e um grande parlamentar. Ele sabe que a Zona da Mata, com seus 65 municípios atendidos pela Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, tem cerca de 12 mil produtores rurais aguardando a energia no final deste século. Temos a certeza absoluta de que, para que tal fato aconteça, não faltará boa-vontade. Espero que o Governador Itamar Franco e o Secretário de Minas e Energia Paulino Cicero, no próximo ano, voltem suas vistas para a Zona da Mata, porque a necessidade é enorme. As pessoas estão saindo do campo em grande número. Sentimos a angústia daqueles pequenos produtores rurais, sobretudo, que não vêem nenhuma alternativa para fazer valer seu trabalho, para continuar com suas propriedades funcionando e para, através delas, dar condições para seus filhos irem à escola, crescendo e se desenvolvendo com um mínimo de condições.

Espero que a Zona da Mata, caros Deputados e ilustre Presidente, seja realmente objeto da atenção do Governo no ano 2000. Que também tenhamos 100% dos municípios daquela região eletrificados. Essa questão é muito importante, é o de que mais precisamos naquela região.

Quero também, nesta oportunidade, ressaltar a ação da Polícia Civil em Minas Gerais. Tanto o Secretário Mauro Lopes quanto o Secretário Adjunto Márcio Barroso Domingues, meu conterrâneo e amigo desde a época estudantil, têm dado uma grande atenção à Zona da Mata.

No dia 30 de outubro passado, o Vereador Paulo de Souza foi assassinado em Ervália, com quatro tiros, segundo informações que obtivemos, por questões políticas. Ontem,

estivemos na Secretaria da Segurança Pública e, mais uma vez, ficou patenteada a vontade e a determinação da polícia em prender o assassino que, covardemente, atingiu o Vereador pelas costas, saindo, tranqüilamente, de bicicleta, o que causou um grande transtorno àquela cidade.

O Vereador assassinado era funcionário municipal, motorista de ambulância, pessoa muito querida naquela cidade, porque transportava as pessoas, principalmente as mais pobres, para a Capital e outras cidades. Era muito gentil e servia a todos com muita satisfação e alegria. Por isso mesmo, teve o seu valor reconhecido, quando empreendeu sua ação política, que foi a conquista de uma cadeira no Legislativo Municipal da cidade de Ervália. Lamentavelmente, esse crime ocorreu. Quero destacar que o Secretário Adjunto, Dr. Márcio Domingues, tem dado toda a atenção na elucidação desse fato, juntamente com a Superintendência Regional de Polícia da cidade de Ubá.

Quero dizer que o Dr. Márcio continua o mesmo homem, filho de um grande parlamentar também, o Dr. José Domingues, que foi Secretário de Administração do Governo Rondon Pacheco. O Dr. Márcio, que herdou a força de trabalho e a seriedade do pai, está emprestando ao atual Governo Itamar Franco o seu trabalho, com muita dignidade e probidade, sempre solícito e pronto a aprender. Com aquela Secretaria, devo dizer, não temos tido nenhuma dificuldade para trabalhar. Tanto o Dr. Mauro Lopes quanto o Dr. Márcio, Secretário Adjunto, e - por que não dizer? - o Corregedor, Dr. José Antônio Moraes, figura estimada e admirada da cidade de Recreio, têm feito um grande trabalho.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Nobre Deputado Bené Guedes, ouvi com atenção o pronunciamento de V. Exa. Não poderia me furtar-me a vir a este microfone para dar o meu apoio ao seu pronunciamento. O meu apoio é testemunha da forma zelosa, carinhosa e respeitosa com que V. Exa. tem se dedicado à região da Zona da Mata, cujo povo é acolhedor, hospitaleiro e bravo. V. Exa. representa, com muita propriedade e autenticidade, aquela comunidade.

Trago-lhe meu apoio movido pela responsabilidade que tenho na Zona da Mata, porque tenho um trânsito muito grande naqueles municípios. Citaria, com destaque, o Município de Juiz de Fora, onde recebi mais de 5 mil votos. Outros municípios também me acolheram de braços abertos, estão localizados nas zonas rurais que precisam, de fato, da otimização do sistema de eletrificação. Tenho certeza de que nossa felicidade reside no fato de o nosso Governador e o Presidente da CEMIG serem sensíveis, comprometidos com o social, além de serem radicados naquela região, uma vez que o Dr. Marcelo Siqueira e o Governador do Estado são de Juiz de Fora. Portanto, quero registrar com alegria que esses pleitos seguramente serão atendidos, em função do conhecimento detalhado que o Governador e o Presidente da CEMIG têm a respeito das demandas, das carências e da justiça que se fará com o atendimento das reivindicações daquela região. Muito obrigado. V. Exa. está de parabéns.

O Deputado Bené Guedes - Agradeço a manifestação do ilustre Deputado João Paulo, que valoriza meu pronunciamento com a estima que tem pela Zona da Mata. Realmente, V. Exa. é muito querido naquela região, e seu pronunciamento, evidentemente, dá força para que a nossa solicitação seja atendida pelo Governo. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte)* - Deputado Bené Guedes, cumprimento V. Exa. por seu belíssimo trabalho nesta Casa, que é realizado com muita garra e determinação, no sentido de defender a sua região, a Zona da Mata. Não poderia, Deputado Bené Guedes, deixar de falar da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Sempre defendi e mostrei que o Deputado Mauro Lopes, Secretário da Segurança Pública, tem feito um excelente trabalho à frente daquela Pasta. É um trabalho competente, executado juntamente com o Dr. Nilton Ribeiro, o Dr. Márcio Domingos e o Dr. Ronaldo, do DETRAN. A Secretaria da Segurança Pública está, realmente, de parabéns por ter, à sua frente, pessoas competentes, que a dirigem com bastante seriedade. O Governador nomeou acertadamente o Deputado Mauro Lopes para ocupar o cargo. Mais uma vez, meus parabéns por seu belíssimo trabalho.

O Deputado Bené Guedes - Agradeço de coração ao ilustre Deputado Dimas Rodrigues, por sua solidariedade. Ele é um Deputado que admiramos muito e que, da mesma forma que o Deputado João Paulo e os demais parlamentares, luta por sua região. É sempre bom, em um momento como este, recebermos palavras de incentivo, amigas, sinceras, que, na verdade, não me surpreendem, considerando-se a nossa convivência nesta Casa, que é absolutamente fraterna. Podemos nos agrupar para trabalhar em determinados projetos, porque, nessas oportunidades, seremos mais fortes, e as chances de concretização de nossos objetivos serão maiores.

Agradeço as duas manifestações e, para finalizar, gostaria de falar da visita feita a Minas pelo ex-Governador Leonel Brizola, Presidente Nacional do PDT, que ontem esteve aqui acompanhado do Deputado Federal Vivaldo Barbosa. Estivemos na sede do PDT, juntamente com o Deputado Federal Olinto Reis, da cidade de Itabira, que, mesmo estando em sua primeira legislatura, está fazendo um grande trabalho à frente do partido. Essa visita foi de cortesia, e aproveitamos a oportunidade para visitar o Governador Itamar Franco. Estivemos lá, acompanhados pelo Deputado Marcelo Gonçalves, nosso Vice-Líder, e pelo Deputado Doutor Viana. Os outros membros, infelizmente, não puderam nos acompanhar até o Palácio, mas foi uma boa oportunidade de diálogo entre o ex-Governador Brizola e o atual Governador de Minas. Eles entendem ser fundamental a abertura de um grande entendimento, até mesmo em nível nacional. Essa é também a nossa ótica. Temos que nos unir, cada vez mais, em nosso Estado.

As vertentes mais importantes, mais unidas, deverão caminhar nessa direção, porque será a oportunidade de o País ser dirigido mais uma vez por aquele que já foi Presidente da República e que tem, evidentemente, o respaldo popular. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, jornalistas, venho a esta tribuna, nesta tarde, para, inicialmente, fazer um agradecimento público. Quero agradecer a intervenção que o Líder do Governo fez ontem nesta Casa - pode parecer paradoxal o fato de este Deputado, sendo da Oposição, fazer um registro de agradecimento público ao Líder do Governo -, referindo-se ao projeto de lei emanado do Tribunal de Justiça de Minas, para o qual pude dar uma pequena contribuição com algumas emendas. Na sua declaração de voto, fez alusão expressa à minha participação. Assim sendo, quero aproveitar esta oportunidade para fazer este agradecimento público.

Sr. Presidente, estou encaminhando um requerimento e uma questão de ordem. Por meio do requerimento, solicito que a Mesa examine, com a sua sabedoria, com o seu espírito de justiça e de equilíbrio, a conveniência da aplicação e da permanência, no texto regimental, do parágrafo único do art. 65, porque, pela minha visão e pela minha experiência de vida, nem sempre as letras sintetizam o espírito da proposição. Lembro-me, conforme a Lei de Introdução ao Código Civil, reportando-me à época em que fui estudante de direito, "de que a letra mata, o espírito vivifica". Às vezes, a letra da lei, posta em prática como está expressa, pode trazer nada mais, nada menos do que injustiça e arbitrariedade. O que devemos buscar permanentemente no texto legal é o seu espírito, a espinha dorsal, aquele ponto de referência, em que existe o equilíbrio entre a necessidade, o momento vivido e a possibilidade de sua respectiva aplicação.

Por isso, vou protocolar este requerimento - para ser encaminhado à Mesa - contendo diversas assinaturas, a fim de que seja examinada a conveniência de se manter no texto regimental esse dispositivo. Caso permaneça, que seja adequado à verdadeira realidade e à prática democrática. É natural que o parlamentar, principalmente aquele que faz oposição, em determinados momentos possa não estar fisicamente no Plenário, até mesmo em virtude de uma manobra regimental. Portanto, ao se aplicar integralmente o texto como está escrito, poderá acontecer o fim do regime democrático na sua plenitude ou, pelo menos, ferir-se parcialmente a sua verdadeira estrutura, a da liberdade.

Por isso, está aqui o nosso requerimento, trazendo, em consequência, uma questão de ordem escrita. Tenho a certeza de que não seria possível, nem humano, exigir que o dirigente de uma reunião respondesse a um texto desse porte, de duas ou três laudas datilografadas.

Portanto, prefiro trazer e apresentar, através do sistema de protocolo da Casa, para que a Mesa avalie, confira e possa, com o seu espírito de justiça e de equilíbrio, dar o andamento e o tratamento devido e necessário a cada caso aqui sugerido.

Volto a repetir: as letras matam, o espírito vivifica. Isso está contido na lei de introdução ao Código Civil, e é por isso que volto a repetir: quando esse dispositivo regimental foi inserido, ele próprio contraria outros dispositivos a seguir, do mesmo Regimento, em que se resguardam prerrogativas das minorias, as quais seriam todas fatalmente suprimidas, a prevalecer o texto legal como está inserido no Regimento Interno.

É por isso que um grande número de Deputados que participam ativamente dos trabalhos desta Casa está propondo, juntamente comigo, que o Regimento Interno seja revisto nesse aspecto ou, pelo menos, que seja dada uma interpretação não baseada nas letras, mas no verdadeiro espírito do dispositivo regimental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, depois de feitas essas considerações, dar esse encaminhamento e lembrar, uma vez mais, que é minha disposição, mesmo fazendo oposição, não ser obstáculo para o andamento dos trabalhos. Fazemos oposição no campo das idéias, dando sugestões, procurando construir, e não destruir uma estrutura já existente.

Assim sendo, Sr. Presidente, encaminho-lhe essas propostas para que sejam apreciadas pela assessoria da Mesa e espero poder, dentro em breve, ter uma resposta plausível, compatível com o equilíbrio do relacionamento que deve haver entre a Maioria e a Minoria, para que o parlamento possa continuar sendo o ponto de equilíbrio entre os Poderes do regime democrático. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, representantes da imprensa, pessoas presentes nas galerias, hoje, 25 de novembro, é o dia em que homenageamos o doador de sangue. A cada 3 segundos alguém precisa de sangue. O sangue e seus derivados são usados para tratar vítimas de queimaduras e de acidentes, pacientes com câncer e outros pacientes em tratamento médico ou cirúrgico.

Como o sangue doado é separado em vários componentes (células vermelhas, plasma e plaquetas), uma doação pode ajudar a salvar de três a quatro vidas.

O sangue doado é rapidamente repostado pelo organismo, e a doação não traz nenhum prejuízo à saúde do doador.

Para doar sangue é preciso ter entre 18 e 60 anos, pesar 50 quilos ou mais, não estar em jejum, ser saudável e ter dormido pelo menos 6 horas nas últimas 24 horas. Só não pode doar sangue quem teve hepatite após os 10 anos de idade, doença de Chagas, malária, sífilis, diabetes, pressão alta, quem tem comportamento de risco para doenças transmissíveis pelo sangue, quem estiver resfriado ou quem recebeu transfusão de sangue ou derivados nos últimos dez anos. Todos os demais podem e devem doar sangue. Durante muito tempo as pessoas evitaram a doação, por força de mitos, como aqueles que diziam que doar sangue engorda, vicia, afina ou engrossa o sangue, e outros. Por isso mesmo, os bancos de sangue passaram por maus momentos e muitas vidas perderam-se por falta de uma transfusão. Por outro lado, o fantasma da AIDS também afastou doadores, com receio de contaminação. No entanto, os bancos de sangue trabalham com materiais descartáveis e são rigorosamente fiscalizados, não havendo, pois, riscos para o doador.

Neste dia 25 de novembro, data em que se comemora o Dia do Doador de Sangue, quero deixar registrada a homenagem a todos aqueles que, solidariamente, ajudam a manter acesa a chama da vida. Que sejam intensificadas as campanhas destinadas a incentivar e favorecer as doações de sangue, que sejam valorizados os doadores, pelo gesto que demonstra profundo respeito ao próximo e enorme consciência social, ajudando anonimamente os que sofrem.

Também quero, como segundo motivo de minha fala nesta tribuna, homenagear a Orquestra Sinfônica da PMMG, que completa 50 anos. A Orquestra Sinfônica, nascida na década de 40, traz a música, através da Polícia Militar, praticada por suas bandas, que animaram muitos eventos ao longo desse tempo.

A partir de 1948, quando comandava o Departamento de Instrução - atual Academia de Polícia Militar -, em concordância com o Cel. José Vargas da Silva, então Comandante-Geral, resolveu o Cel. Egídio Benício de Abreu criar uma orquestra sinfônica na corporação. Com afincos, transferiu do batalhão geral para a Academia de Polícia Militar 18 músicos, que, acrescidos de outros, vindos do 5º e 6º Batalhões e ainda da própria Academia e da 10ª Companhia Independente de Muzambinho, formaram, em 1949, a Orquestra Sinfônica. Daí até hoje, foram várias as apresentações, sempre levando a música às diversas solenidades e festas, pelos rincões de Minas Gerais, levando também o nome da histórica polícia do nosso Estado.

Então, pelos 50 anos de existência e de bons serviços divulgando a música, levando a sensibilidade, a alegria e a cultura aos rincões de Minas Gerais, queremos parabenizar a Academia da Polícia Militar, através da sua orquestra sinfônica. Queremos também sugerir à Mesa desta Casa que, num primeiro momento de uma reunião ordinária, seja aqui homenageada a nossa querida Orquestra Sinfônica da Polícia Militar. Farei isso através de um requerimento, Sr. Presidente.

Também não queria deixar de parabenizar o Dr. Márcio Decat, que assumiu o Ministério Público, desejando-lhe muito êxito na direção desse órgão importante para a segurança e para a vida do povo de Minas Gerais, e parabenizar também a Dra. Ângela Pace, que assumiu a Pasta da Justiça, mostrando a força da mulher. Como disse em feliz pronunciamento o Sr. Governador, a mulher deixou de apenas fazer parte da história para fazer história. Acreditamos na eficiência, na sensibilidade e no valor dessa grande mulher, que, com certeza, trará benefícios e engrandecerá a justiça do nosso Estado. Em meu nome, em nome do PDT, quero parabenizar e desejar muito sucesso à Dra. Ângela Pace e ao Dr. Márcio Decat.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado Durval Ângelo, Sras. e Srs. Deputados, convidados que prestigiam esta reunião da Assembléia Legislativa, imprensa aqui presente, praticamente estamos no acerto final deste ano legislativo. Muito pouco falta para que possamos encerrar este ano, um ano incomum na política mineira, um ano difícil no processo administrativo do nosso Estado, um ano em que esta Casa soube, com paciência, com responsabilidade, superar alguns momentos difíceis, sabendo preparar-se para os próximos três anos, que também serão complicados politicamente para o nosso Estado. Mas, em meio a tantos acertos e desacertos que aconteceram em 1999, eu gostaria, de público, de prestar minha homenagem a um órgão do Estado que soube se superar, um órgão do Estado que, bem administrado, adotando um estilo de administração participativa, deu a volta por cima e está colhendo os primeiros frutos de um trabalho sério que desenvolveu. Refiro-me ao IPSEMG. (- Palmas.) No ano passado, como Deputado, tivemos a oportunidade de participar do trabalho do IPSEMG em uma comissão parlamentar de inquérito que durou quatro meses. Por meio do trabalho dessa comissão, tivemos a oportunidade de conhecer mais o Instituto, de fazer amizade com as pessoas que ali trabalham durante tantos e tantos anos, de tomar conhecimento das suas dificuldades e de dar a nossa contribuição, propondo algumas medidas com a participação dos funcionários daquele órgão. O IPSEMG, hoje, está colhendo essas vitórias, por intermédio de um projeto que tramita nesta Casa. Tão importante quanto essas vitórias foi a organização do Instituto. Acabo de receber no meu gabinete um livro que mostra toda a participação, todos os convênios feitos no interior de Minas Gerais. Isso mostra claramente a transparência do órgão e sua organização. Mostra, acima de tudo, que o órgão está preparado para, efetivamente, cumprir sua missão e suas obrigações. Espero que, a partir do ano 2000, nesse novo século, nesse novo milênio, o IPSEMG possa, efetivamente, gerenciar e coordenar suas ações administrativas, suas importantes ações em função de milhares e milhares de funcionários do nosso Estado. Ele terá oportunidade de ter uma participação ativa dos funcionários, por intermédio das decisões tomadas, porque a lei permite, obriga, abre essa possibilidade de um gerenciamento participativo dos funcionários.

O órgão terá condições de gerenciar os recursos que arrecada, que administra, e isso é fundamental. É tirar do caixa único do Estado uma verdadeira caixa-preta dentro de um saco sem fundo. E os recursos do IPSEMG precisam estar na sua conta, para que tenha condições de saber o que fazer, de propor uma ação de assistência aos funcionários do interior de Minas, pelo menos, perto do que se faz em Belo Horizonte.

Sou Deputado, funcionário público e médico do Estado desde 1980 e contribuí para o IPSEMG desde essa época. Sinto-me, portanto, à vontade para vir à tribuna agora fazer essa declaração e, principalmente, demonstrar meu reconhecimento pelo trabalho do Dr. João Diniz, Presidente do IPSEMG, e de todos os funcionários, mesmo os que estão em cargo de confiança, até os de carreira. Pois, quando se quer fazer um bom trabalho ou se quer superar dificuldades, quando se quer aceitar a máquina dos órgãos públicos, muitas vezes enferrujada -, é possível. Basta ter vontade de se fazer, basta haver credibilidade e participação dos funcionários.

O Deputado José Braga (em aparte)* - Obrigado, Deputado, pelo aparte que me concede nesta oportunidade. Não poderia deixar de me manifestar, diante do pronunciamento de V. Exa., pois acredito que a questão do IPSEMG enaltece a atitude do Governador Itamar Franco de colocá-lo nas mãos de seus funcionários. Temos que, realmente, reconhecer e aplaudi-lo, como V. Exa. o faz neste instante. Acredito que a administração do IPSEMG, principalmente por meio do Dr. João Pinto Júnior, mostra que as coisas, às vezes, são mais fáceis quando não são complicadas pelos processos políticos. Estamos vendo o exemplo de um órgão gerido por seus funcionários, gestão plenamente vitoriosa. Quem sabe o exemplo poderá ser estendido a outras autarquias e outros órgãos do Estado? Acreditamos que este ano será suficiente para dar a todos o exemplo de que a administração é fácil quando é feita com humildade e competência e, sobretudo, com respeito ao corpo de funcionários da instituição. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço o aparte do Deputado José Braga. Reconheço que, quando o trabalho é feito com dedicação, competência e profissionalismo, como é o caso do IPSEMG, transcende qualquer posicionamento político-partidário.

Sou um Deputado da Oposição e tenho as minhas diferenças políticas com o Governador Itamar Franco. Mas seria até mesmo uma questão de injustiça de minha parte, como Deputado, como médico, não fazer de público esse reconhecimento.

Não sou Deputado de estar batendo às portas do Presidente do IPSEMG para pedir favorecimento. Gosto de acompanhar os órgãos quando estes estão executando um bom trabalho, como o IPSEMG. Meu pronunciamento é uma coincidência, com a presença até mesmo de alguns servidores que defendem os interesses por meio de projetos votados nesta Casa, mas o que me motivou a fazê-lo foi o acompanhamento do trabalho e o testemunho de obras bem feitas como essas, claras e transparentes.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Parabenizo também V. Exa. pela clareza desse momento em que usa da tribuna para homenagear o IPSEMG. Estamos alegres em ver como essa instituição está sendo recuperada hoje. O funcionário do IPSEMG está trabalhando com mais satisfação, porque tem uma diretoria séria e que desempenha um trabalho

voltado para o interesse do órgão, dos seus servidores e dos interessados pela instituição. Tanto que ainda ontem votamos, na Comissão de Administração Pública, o CODEI. Já votamos também a retirada do caixa único do IPSEMG. Isso é extraordinário, porque sabemos que - sem citar governos - havia desvio do dinheiro recolhido do IPSEMG para esse caixa único, que iria servir a outras atividades deixando de se investir no próprio órgão e de melhorar a qualidade do atendimento à saúde prestado a quem de direito, ou seja, aquele que contribui.

Parabenizo, na pessoa de seu Presidente, Dr. João Diniz Pinto Júnior, toda a diretoria, todos os funcionários e V. Exa., por esse momento extraordinário que teve ao usar a tribuna para homenagear o nosso IPSEMG, dando-nos a certeza de que o futuro será bem melhor do que o presente e melhor ainda do que o passado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Parabenizo V. Exa., que tem, com o brilho de sua inteligência, realizado inestimável trabalho na Casa. Sou admirador da postura de V. Exa. como parlamentar. Já tive o prazer de participar de várias comissões ao lado de V. Exa., que é um grande parlamentar e grande médico. Nesta tarde de hoje, V. Exa. presta homenagem ao IPSEMG. Gostaria também de me associar a essa justa homenagem. Falo em nome do povo do Sul de Minas, porque o IPSEMG tem dado à minha região uma especial atenção por meio do seu ilustre Presidente, Dr. João Pinto Júnior.

Tenho certeza absoluta de que o IPSEMG irá continuar esse trabalho determinado e sério ajudando o servidor estadual, dando-lhe atenção, carinho e, principalmente, prestando esse serviço tão importante aos servidores. Fico muito feliz neste dia em que estamos comemorando o Dia Nacional de Ação de Graças. Peço a Deus que abençoe esta Casa e a todos os funcionários do IPSEMG, para que possamos sempre buscar as melhores soluções para Minas Gerais.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, é importante ouvir de V. Exa. esse reconhecimento ao nosso trabalho. Mesmo sendo um homem da Oposição, V. Exa. nunca demonstrou uma prática mesquinha ao atuar na política da Casa. Sempre mostrou ser um Deputado que procura ver os interesses principais da comunidade. Reconheço também todo esse trabalho. Acho que foi importante a postura do Governador Itamar Franco de abrir a questão do IPSEMG para os próprios servidores, encaminhando, ao mesmo tempo, projetos importantes para a Casa como o que vamos apreciar hoje, do conselho, do teto de contribuição e da própria questão da reestruturação do órgão.

Essa é a demonstração de que podemos dar apoio ao IPSEMG. Acho ser de interesse de toda a Casa a votação de todos os projetos com a maior rapidez possível, porque a continuação desse trabalho que estamos elogiando depende de que essas leis sejam aprovadas e sancionadas pelo Governador.

Então, manifesto o nosso reconhecimento, para que possamos dar essa demonstração prática de apoio à ação que estamos vendo no IPSEMG hoje.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte)* - Quero cumprimentá-lo pelo grande trabalho que desempenha nesta Casa e também homenagear o IPSEMG. O Dr. João Diniz Júnior tem feito uma grande administração, juntamente com sua assessoria e seus funcionários. V. Exa., Deputado Carlos Pimenta, está de parabéns.

O Deputado Carlos Pimenta* - Para terminar, Sr. Presidente, fica de público essa nossa homenagem, como servidor público estadual, médico do Estado desde 1980, como parlamentar e, principalmente, como uma das pessoas interessadas no Instituto, que tem dado respostas positivas aos funcionários, que ultimamente têm sido, muitas vezes, relegados a segundo plano.

Concluo fazendo a minha homenagem também à diretoria do IPSEMG de Montes Claros, que não fica para trás, na pessoa da Sra. Ana Amélia e dos funcionários dessa cidade, e estendo-a a todos vocês, que lutaram para constituir um instituto realmente coordenado, administrado, entregue, de fato e de direito, aos funcionários do Estado. Muito obrigado. (- Palmas.)

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Gostaria de chamar a atenção dos Deputados para esse requerimento e, ao mesmo tempo, congratular-me com a Comissão de Administração Pública, que pede informações a respeito de um projeto de emenda à Constituição que votamos no mês de junho.

Talvez tenha sido um projeto votado em tempo recorde por esta Casa. Foi apresentado, por intermédio de um Acordo de Líderes. Discutimos e votamos e, por intermédio desse projeto, desmembramos a corporação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, dando-lhe autonomia. Fizemos um esforço concentrado numa semana e, depois disso, já decorreram seis meses, a ponto de a Comissão de Administração Pública solicitar informações sobre se essa proposta de emenda à Constituição foi atendida ou não, porque foi promulgada por esta Casa. Estamos sentindo que há uma insatisfação e uma ansiedade muito grande, principalmente por parte dos policiais militares do Corpo de Bombeiros.

Estou citando esse exemplo para mostrar que muitas vezes as decisões tomadas pela Casa não têm respaldo fora das quatro paredes do Poder Legislativo. Queremos parabenizar a Comissão e ter essas informações o mais rápido possível.

O Deputado Durval Ângelo ontem me confessava sua preocupação. Se o fato não for consumado, se essa emenda à Constituição não for acatada nem respeitada, poderemos ter um impasse e um "buraco negro" na Constituição do Estado de Minas Gerais no ano 2000. Isso significa, na verdade, muita coisa para centenas de policiais militares pertencentes ao Corpo de Bombeiros, e é necessário que essas informações cheguem a esta Casa no mais curto espaço de tempo possível. Parabéns à Comissão! Espero que a Mesa tome as providências para legitimar uma decisão tomada por esta Casa numa semana. Talvez tenha sido a proposta de emenda à Constituição votada no menor prazo em toda a história do Poder Legislativo de Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 88/99 - Objeto: aquisição de medicamentos. Licitantes vencedoras: Farmácia Santa Marta Ltda. (itens 1 a 3, 6, 7, 13, 15, 18, 19 e 25) e Drogaria e Perfumaria Rohel Ltda. (itens 4, 5, 8 a 12, 14, 16, 17, 20, 22 e 23). Licitantes desclassificadas: Leone & Cia. Ltda. (por descumprir o subitem 7.5 do edital), Farmácia Santa Marta Ltda. (para os itens 4 e 24) e Drogaria e Perfumaria Rohel Ltda. (para os itens 6, 13 e 24).

ERRATA

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 2/12/99

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 4/12/99, na pág. 22, col. 3, no subtítulo "Leitura de Comunicações", exclua-se o Projeto de Lei nº 480/99, do Deputado Cabo Morais.